



DOSSIÊ TEMÁTICO

SOCIOLOGIA POLÍTICA DA CRISE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Núcleo de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Mauricio Domingues
Coordenação Executiva: Rafael Rezende

Sítio eletrônico: netsal.iesp.uerj.br
Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Dossiê Temático nº7 – **Sociologia Política da Crise**
Rio de Janeiro – Dezembro de 2017
Documento de apoio à pesquisa organizado pelos pesquisadores do NETSAL

Responsáveis Editoriais: Raul Nunes e Victor Pimenta Bueno
Capa: Victor Pimenta Bueno



DOSSIÊ TEMÁTICO

SOCIOLOGIA POLÍTICA DA CRISE

Sumário

| | |
|--|----|
| Apresentação | 4 |
| <hr/> | |
| Parte I - O Capital 150 anos depois | |
| 1. O Capital: método analítico e desenvolvimentos de longo prazo - José Maurício Domingues | 7 |
| <hr/> | |
| 2. Entrevista com Andréia Galvão – Equipe NETSAL | 14 |
| <hr/> | |
| Parte II – Crise do capitalismo | |
| 3. Crise do capitalismo global: uma meta-resenha – Raul Nunes | 19 |
| <hr/> | |
| 4. Ficções: o imaginário e os limites do capital – Francisco Julião Marins Bedê | 28 |
| <hr/> | |
| 5. Crise na explicação sobre as crises da globalização e do capitalismo – Mariane Silva Reghim | 38 |
| <hr/> | |
| 6. Rumo à revitalização de uma afinidade eletiva – Klaus Dörre, Stephan Lessenich e Hartmut Rosa | 48 |
| <hr/> | |
| Parte III – Crises políticas | |
| 7. Sociologias das crises políticas: um apanhado das abordagens – Felipe Macedo, Marília Closs, Raul Nunes e Victor Pimenta Bueno | 55 |
| <hr/> | |
| Apêndice – Coordenação Executiva NETSAL | 74 |
| <hr/> | |

1. Apresentação

O Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) tem o prazer de apresentar a sétima edição de seu Dossiê Temático, que este ano tem como tema *Sociologia Política da Crise*. O Dossiê Temático tem por função sintetizar os debates empreendidos no NETSAL ao longo do ano. Em 2017 diversas discussões em torno das crises voltaram à cena: crise política e crise do capitalismo são só dois dos enquadramentos. As crises apareceram em múltiplos níveis: crise na economia global, crise política no Brasil, crise do estado do Rio de Janeiro, crise em que foi colocada a UERJ. Todas essas dimensões críticas da vida prática, nas quais nos inserimos, levaram o NETSAL a procurar discutir de forma mais qualificada como se fez e se pode fazer uma sociologia política que consiga compreender esses momentos críticos.

O Dossiê Temático está dividido em três partes. A primeira, *O Capital 150 anos depois*, leva o nome de evento realizado pelo NETSAL no IESP-UERJ este ano em comemoração ao aniversário de século e meio da obra maior de Karl Marx. O primeiro texto consiste numa revisão ampliada da fala de José Mauricio Domingues feita pelo próprio autor no intuito de reafirmar a importância da retomada da metodologia marxiana para interpretar o mundo contemporâneo. Logo depois segue-se uma entrevista com Andréia Galvão, também presente no evento, sobre a importância e atualidade d'*O Capital*.

A segunda parte, *Crise do capitalismo global*, foi nomeada a partir do tema da disciplina de Estudos Exemplares, ministrada esse ano no IESP-UERJ. Os três primeiros textos apresentam meta-resenhas de estudantes que cursaram a disciplina e versam sobre a temática em questão, cada um com enfoque próprio. Raul Nunes privilegia a investigação sobre origem, mudança, ocaso e possível superação do capitalismo. Francisco Julião Marins Bedê debruça-se sobre a ideia de ficção e como se trata a questão do imaginário nas obras analisadas, propondo outros caminhos. Mariane Silva Reghim faz uma crítica ao apagamento das mulheres nas obras selecionadas e indica uma entrada para pensar as relações entre capitalismo e gênero. Ainda, o texto final da segunda parte corresponde à tradução da introdução do livro *Sociology, Capitalism, Critique*, de autoria de Klaus Dörre, Stephan Lessenich e Hartmut Rosa; uma proposição de uma sociologia que seja crítica do capitalismo.

Finalmente, a terceira parte, *Crises políticas*, tem um foco mais reduzido e traz o texto escrito coletivamente por Felipe Macedo, Marília Closs, Raul Nunes e Victor Pimenta Bueno com um apanhado das abordagens existentes sobre crises políticas, oferecendo um quadro para leitura dessas análises. O Dossiê Temático se encerra com o

apêndice que traz as publicações, os eventos, as premiações e as atividades políticas do NETSAL no ano de 2017.

Boa leitura a todos e todas!

Comissão Editorial

PARTE I

1. O Capital: método analítico e desenvolvimentos de longo prazo¹

José Mauricio Domingues²

O esquecimento do método

A comemoração dos 150 anos de publicação do primeiro livro de *O Capital* nos dá a oportunidade de fazer uma discussão sobre uma obra que continua sendo absolutamente central nas ciências sociais, embora, e esse será parte de meu argumento, paradoxalmente, ele seja mais lido do que emulado.³ Na verdade, faz-se muito pouco com *O Capital* enquanto livro que tem uma lógica própria. Não há nenhuma reprodução, nem de longe, ao menos em termos da estratégia, do que Marx tentou articular com o desenvolvimento de sua obra principal. É esse tema difícil que quero enfrentar aqui.

Essa ausência de trabalhos similares a *O Capital* é curiosa, uma vez que muitos parecem convencidos de que o método de exposição deste livro é uma das grandes invenções das ciências humanas, sociais ou como queiramos pôr a questão, e da teoria crítica. Claro, isso é muito difícil de fazer porque, afinal de contas, o nível de sofisticação epistemológica, filosófica, conceitual, científica, na forma de exposição de Marx é enorme e não é uma coisa óbvia ser capaz de emular o que ele fez em *O Capital*. Mas, convenhamos, fazem 150 anos que ele escreveu essa obra e a situação segue inalterada. Portanto, pode-se supor que há alguma questão a mais impedindo que o método da principal obra de Marx seja reproduzido.

Na verdade, como se sabe, Marx emulou Hegel, em termos metodológicos, em especial sua exposição em *Princípios da filosofia do direito*. Porém, tampouco existe na teoria política qualquer obra que reproduza, aprendendo com *O Capital*, o que o Hegel fez com o direito, a “sociedade civil” e o estado. O mistério sobre a ausência de obras emulando *O Capital* aumenta se levamos isso em conta. A Hegel tampouco se emula.

Tenho duas hipóteses, digamos, para explicar essa situação. Realmente, do ponto de vista da economia política, é muito difícil fazer o que Marx fez. Evidentemente, porém, os economistas marxistas estão nos devendo uma crítica da economia neoclássica que faça algo semelhante ao que o Marx realizou frente à economia clássica. Por que ninguém tentou, até agora, levar isso adiante? Na verdade, a economia política marxista se desenvolveu muito pouco nas últimas décadas. São raros os autores que realmente avançaram nessa direção, sequer Heinrich, cuja obra (infelizmente não traduzida) é robusta, foi muito longe nessa direção. Por que isso não ocorreu? Minha

1 Esta é uma versão revista e editada de minha intervenção no seminário “150 anos de O Capital”, junho de 2017, IESP-UERJ.

2 Professor do IESP-UERJ e coordenador do NETSAL.

3 Na verdade, a versão que utilizamos hoje é a segunda edição, de 1873, revista pelo próprio Marx, com significativas alterações.

primeira hipótese é de que existe um problema de timidez: seria preciso agir sacrilegamente para realizar essa atualização da economia política marxista frente à economia neoclássica. Eu creio que essa é uma das dificuldades, há uma atitude excessivamente reverencial com relação a Marx, muito por receio de reproduzi-lo indo além dele mesmo, contemporaneamente, o que não poderia deixar de ocorrer. Espero, contudo, que isso acabe acontecendo.

A segunda hipótese diz respeito ao fato de que, curiosamente, se Marx escreveu uma obra de economia política que é, antes de tudo, uma crítica a esta própria disciplina, o que seriam as outras dimensões da vida social moderna nunca foram abordadas a partir dessa perspectiva. Encontra-se um exemplo ou outro de algum autor que tenha tentado construir uma categoria para tratar desse tipo de questão, mas isso é incomum. Tome-se Pachukanis e sua discussão sobre a teoria do direito, na qual o “contrato” cumpre um papel semelhante à mercadoria em *O Capital*. Ele realmente introduz o contrato como categoria analítica, mas não desenvolve o tema. Na verdade, trata-se de um pequeno ensaio que jamais foi retomado, nunca foi expandido por qualquer outro autor que tenha se seguido a ele, inclusive enfrentando criticamente as limitações de sua proposta (toda calcada, de resto, no direito privado apenas). Seria possível fazer cinquenta mil obras de crítica às teorias gerais do direito, num sentido semelhante ao que realizou Marx em relação à economia. No entanto, isso nunca ocorreu, talvez porque a concentração na economia como uma dimensão da vida social tenha sido excessiva dentro do marxismo, uma vez que esta dimensão resolveria o mais importante. Isto é, se se resolvesse conceitualmente a economia, o resto todo estaria também mais ou menos equacionado.

Claro, a teoria marxista e outras teorias críticas articularam todas essas áreas de pensamento social de formas diversas. Poderíamos citar inúmeros autores – sobre o tema do direito e da política bastaria citar Poulantzas, que tem uma obra absolutamente central para pensarmos o que é o Estado contemporâneo, ou Gramsci, menos sistematicamente. Mas eles trataram esses temas sem recorrer ao *método de exposição categorial-sistemático*, como o Marx gostava de caracterizá-lo, utilizado em *O Capital*.⁴

A dupla estrutura de *O Capital*: categorias e conceitos-tendência

Esta é, então, a primeira questão que eu queria levantar, à qual voltarei mais adiante. A segunda é a seguinte. *O Capital* tem, podemos dizer, uma dupla estrutura. Marx lida, sobretudo no Livro 1, com o que seriam as categorias fundamentais da economia capitalista: “mercadoria”, “valor de uso” e “valor de troca”, “mais-valia” (“absoluta” e “relativa” – ambos se referindo ao excesso de valor produzido pela “força de trabalho” e apropriado pelo capitalista) e “dinheiro”, “fetichismo da mercadoria”, nos livros seguintes introduzindo conceitos semelhantes (“preço de produção”, para explicar o lucro, por exemplo).⁵ O Livro 2 vai tratar da “circulação” – trata-se de um livro pesado, bastante chato realmente: o que há de brilhante e interessante no Livro 1 falta

4 Originalmente Lênin foi um dos poucos a dar-se conta da importância do método em Marx, tal como assinalou em seus cadernos de leitura de Hegel. Somente com a posterior publicação dos *Grundrisse*, com sua famosa introdução, o tema ganhou maior destaque. Isso importou, todavia, relativamente pouco para as questões discutidas aqui.

no 2 (se bem que não tenha sido Marx que o editou para publicação, creio que, mesmo se o tivesse feito ele próprio, pelo tipo de material e de questão tratada, seria, de qualquer maneira, um texto muito árido, por mais que seu brilhantismo literário pudesse levar a uma forma final mais agradável). Mas já na segunda parte do Livro 1 e, sobretudo, no Livro 3 – que ele não publicou, tendo sido editado por Engels, assim como o 2 –, um outro tipo de discussão se apresenta. Ela seria muito mais histórico-desenvolvimentista, isto é, se refere aos processos de desenvolvimento histórico do capitalismo, os quais são de todo modo elaborados categorialmente de forma tal que as categorias seguem cumprindo papel fundamental na exposição, sem ficarem prisioneiras de um material diretamente histórico-empírico. São *conceitos-tendência* o que se apresenta, ou seja, categorias que apreendem as tendências de desenvolvimento do capitalismo. É aí que exatamente encontramos as “leis de movimento” da sociedade capitalista: “a queda tendencial da taxa de lucro” pela mudança na “composição orgânica do capital”; as leis da população do capitalismo, em especial a evolução do “exército industrial de reserva”; a “concentração” (em cada vez menos empreendimentos, relativamente) e a “centralização” (em cada vez menos mãos) do capital; e, crucialmente, os processos de “expropriação” que começam com a “acumulação primitiva” e vão desaguar na “expropriação dos expropriadores” (a revolução proletária).

Isso remetia ao processo de desenvolvimento de longo prazo do capitalismo, que implicava para Marx identificar duas coisas fundamentais: os *mecanismos* que presidem a esse processo de desenvolvimento histórico, de um lado e, de outro, a sua *direcionalidade*. Não que ele haja utilizado esses conceitos ou expressões, mas aqui se trata de reconstruir sua visão, interpretativa e criativamente. Os mecanismos subjacentes aos conceitos-tendência enumerados acima seriam assim de três tipos: *gerativos*, *reiterativos* e *transformativos*. Ou seja, trata-se de mecanismos que, respectivamente: primeiro, engendram o capitalismo; segundo, pela reiteração das relações sociais, reproduzem o capitalismo enquanto o capitalismo, embora ele vá mudando ao longo do tempo também; e, transformativamente, nos levam para além do capitalismo.

Todos esses mecanismos, de uma maneira ou de outra, implicam o que se pode chamar de *agência*. *O Capital* é um livro que está todo baseado na ideia de que há conflitos permanentes entre *subjetividades coletivas* – conceito que forjei há um par de décadas –, especialmente entre as classes sociais, embora não se deva esquecer do Estado. Isso caracteriza fundamentalmente, por exemplo, a passagem da mais-valia absoluta para mais-valia relativa e a própria queda tendencial da taxa de lucro. Há aumento da maquinaria em função da luta de classes – para manter o lucro os capitalistas têm que aumentar a composição técnica e orgânica do capital, uma vez que os trabalhadores se organizam e resistem à exploração. Mas há também um conflito entre os capitalistas, que estão competindo entre si o tempo todo. Esses dois mecanismos, calcados no conflito, são, portanto, responsáveis pela reiteração do desenvolvimento capitalista, sem que haja intencionalidade envolvida no processo,

⁵ É importante perceber que, além de serem categorias analíticas, elas possuem também um elemento hermenêutico evidente na discussão do “fetichismo”, contra o pano de fundo da ideia de “forma”, que organiza o mundo institucional bem como nossa percepção e a normatividade da ação individual e coletiva.

afora aquela que deriva dos interesses imediatos das coletividades em choque. No que tange à gênese do capitalismo, temos uma forma mais política de intervenção, com uma questão que remete ao que é história para Marx. Ou seja, o que se põe é se um modo de produção nasce diretamente de outro ou se há uma descontinuidade mais profunda entre eles, sendo que é possível encontrar essas duas visões no próprio Marx. Não quero aprofundar isso aqui, mas, de qualquer maneira, o Estado, o direito, a política e a violência têm um papel muito mais importante no capitalismo no que se refere a esses mecanismos gerativos. Eles seguem auxiliando na sua reiteração ao longo do desenvolvimento histórico, mas secundariamente, pois aí a “coerção”, como dizia Marx, se torna muito mais econômica do que política. Há nesse sentido uma complexa mescla de intencionalidade e comportamento com grande grau de opacidade para os agentes, inicialmente o capitalismo não se pondo como projeto, em seguida a sua reprodução se impondo cotidianamente, ao menos em termos de uma intencionalidade prática.

Marx faz, porém, intervir dois mecanismos transformativos decisivos. Um deles se apresenta exatamente no momento em que praticamente termina o Livro 1 de *O Capital* (embora ele contenha um pequeno capítulo posterior, sobre a “teoria da colonização”). É quando Marx afirma que “soou a hora da propriedade privada”: “os expropriadores serão expropriados”. Ora, qual o mecanismo transformativo aí? Trata-se da subjetividade revolucionária da classe trabalhadora. É esse mecanismo, que já não é mais automático, não tem a ver com a lógica da coerção econômica, imbricando-se com a construção de uma subjetividade coletiva, que vai intervir e transformar o capitalismo. Aqui se trata, em princípio, de ação intencional e de suas consequências revolucionárias, embora saibamos como historicamente essas coisas se complicaram profundamente no decorrer do século XX.

Já no Livro 1 e depois, sobretudo, no Livro 3, o outro mecanismo que mencionei acima se apresenta: essa discussão tem a ver exatamente com a possibilidade, em função da queda tendencial da taxa de lucro, de um impasse no desenvolvimento do próprio capitalismo, ou talvez com sua própria putrefação. Isso decorreria do fato de que, em um determinado momento, com a queda da taxa de lucro, para os capitalistas não faria mais sentido investir na produção. Para que investiriam se não tivessem lucro? A mais-valia até pode crescer, mas o capitalista não consegue ter lucro, porque gasta muito em maquinário, que não é outra coisa que “trabalho morto”, mediante o qual é possível explorar o “trabalho vivo” (a “força de trabalho” em ação). Isso tem muito a ver com o desenvolvimento do capital financeiro, com uma série de discussões a que nós, hoje em dia, damos muita importância. São consequências não intencionais da ação o que de novo emerge no processo histórico. Mas, enfim, não chegamos ao ponto, com certeza, de o capitalismo estar se putrefando em função de sua incapacidade de gerar lucro suficiente para estimular os capitalistas a investir. A partir dessas pontuações eu quero desenvolver o que, na verdade, é um ponto que me parece ainda mais importante.

Num determinado momento, a esquerda, fundamentalmente a marxista, a partir do final do século XIX e durante todo o século XX, se ocupou dessas tendências de longo prazo de desenvolvimento do capitalismo e com os processos revolucionários que delas, se esperava, emergiriam. Na Segunda e na Terceira Internacional esse tema foi decisivo. Sequer nos lembramos dessas coisas e parece que falamos de um outro mundo, povoado

por marxianos, quando se faz menção a elas hoje. Se tomamos, por exemplo, toda a discussão dos economistas marxistas, gente como Eugen Varga – o principal, ou pelo oficial, economista da Terceira Internacional, hoje esquecido –, Roxa Luxemburgo e uma série de outros autores marxistas do período, depois Sweezy e Baran retomando esses temas nos anos 1950, havia um enorme debate exatamente sobre as tendências de desenvolvimento do capitalismo e os processos que levariam a um impasse no próprio desenvolvimento desse “modo produção”.

Há um outro aspecto disso que remete a Lênin e Luxemburgo. Concentração, centralização, desenvolvimento do capital financeiro, exportação do capital, colonialismo, necessidade de encontrar novas fronteiras, ainda não capitalistas, para manter uma taxa de lucro satisfatória: tudo derivava, nas teorias marxistas do começo do século XX, das tendências de desenvolvimento de longo prazo identificadas por Marx. As teorias da Terceira Internacional (e da Quarta e Quinta) assimilaram esses conceitos, que continuam a ser discutidos em nossos dias. Vinculava-se a luta anti-imperialista nacionalista dos povos coloniais ou neocoloniais – o que depois se chamaria de “periferia” ou Terceiro Mundo – à luta internacional contra o capitalismo. Existem partidos que ainda se movimentam em função dessas teorias. Mas muito mudou desde então, a partir dos anos 1970, em particular. Se algo disso sobrevive na política, conceitualmente os últimos a falarem dessas questões foram os soviéticos, afirmando uma suposta “crise geral do capitalismo” (até entrarem o “socialismo real” e a União Soviética, eles sim, em crise terminal).

A discussão sobreviveu, em parte, no marxismo ecológico, que crê que o capitalismo encontrará seus limites na exploração da natureza, uma tese parcialmente luxemburguista. É preciso colonizar, encontrar alguma coisa fora do capitalismo, para poder gerar riqueza, mas uma hora a natureza se esgotará e o processo chegará a um impasse. É discutível se isso é verdadeiro, mas, como discussão que remete ao longo prazo, restou apenas esta (e a “acumulação por espoliação”, de Harvey, de forma mais diluída).

O problema é o seguinte: por que se parou de falar disso? Essas questões, deixadas de lado, ainda têm relevância?

Teoria e estratégia

O problema que nos confronta aqui, a rigor e antes de tudo, é que a derrota do socialismo real – que foi uma derrota, mal ou bem, também do marxismo dos anos 1980 e 1990 – deixou a esquerda sem ter a menor ideia do que fazer com o capital monopolista global, com o capital financeiro e com os estados vinculados a eles. A *estratégia* revolucionária desapareceu do horizonte da esquerda. Ninguém discute nesses termos, ou alguns ainda discutem, mas discutem de maneira limitada, particularmente no que sobrou dos partidos comunistas e trotsquistas.

De modo que as categorias fundamentais de *O Capital*, como a mercadoria e a mais-valia, continuam tendo uma vigência enorme dentro do pensamento da esquerda, mas os movimentos de longo prazo identificados por Marx e expostos nesse mesmo livro perderam a centralidade que tinham, sem que em geral nos dêsemos conta disso. É como se a esquerda vivesse numa certa “pós-história”, para lembrar de um conceito

introduzido por Jameson. Não é só o capitalismo e seja lá o que se define como “burguesia” contemporaneamente que vivem nesse tempo coagulado, nós todos vivemos, porque não conseguimos, a rigor, enxergar quais são os processos de longo prazo e de transformação que podem sobreviver e serem impulsionados por nossa vontade. Até certo ponto, isso se deve a boas razões, porque o suposto saber que a teoria revolucionária propiciava também levava a muito dogmatismo, a uma derivação exageradamente direta da estratégia política dos supostos movimentos do capitalismo. Mas se deve a más razões também, porque desistimos de pensar como a prática cotidiana está vinculada às estratégias de longo prazo e às contradições que se encontram intrinsecamente postas no desenvolvimento do capitalismo – ou, como prefiro dizer, da *modernidade*, que inclui o capitalismo, mas também o Estado moderno, a sociabilidade, a família, a sexualidade, entre outros aspectos dessa civilização.

É isso que de uma maneira ou de outra precisamos retomar. Essa discussão, que Marx leva a cabo em *O Capital*, e que era central para sua teoria revolucionária, pode ser conduzida em parte por dentro dessa grande obra, mas deve seguir para além dela. Ou seja, trata-se não apenas de retomar a economia política marxista, atualizando-a em função dos novos desenvolvimentos do capitalismo e da teoria econômica neoclássica, dominante hoje em dia, porém também de pensar de uma forma mais sistemática o desenvolvimento das múltiplas dimensões em que se constitui a civilização moderna.

Marx não foi tão longe, excetuando-se escritos de sua juventude. Supõe-se que ele queria fazê-lo em *O Capital* em algum momento, ao menos no que se refere ao Estado, mas, por quaisquer que sejam as razões, não teve fôlego para chegar lá, ou afastou essa ideia, deixando, enfim, sua principal obra inacabada. Depois disso, não tivemos nenhuma elaboração sistemática do que seria o desenvolvimento do Estado moderno dentro do marxismo, não obstante estudos importantíssimos, como já mencionado. Qual é a direcionalidade do desenvolvimento do Estado moderno? Ela existe? Na economia política havia uma direcionalidade: acumulação, centralização, concentração do capital, capitalismo monopolista, imperialismo, e por aí vai. Na política, quais são os elementos disso, que conceitos-tendência nos servem para interpretá-los? Como eles se vinculam à evolução da coerção, ao desenvolvimento da cidadania, às metamorfoses da hegemonia, às novas formas do direito, à emancipação? Quem analisou isso de uma forma regular e sistemática, pensando o Estado enquanto um aparato de poder, enquanto o centro do desenvolvimento das abstrações reais do capitalismo em que vige o indivíduo-cidadão abstrato – de resto assinalado por Marx em *A questão judaica* –, que depois vai trocar mercadorias, mas que também pôde historicamente ampliar seus direitos, hoje por outro lado sob ataque do neoliberalismo globalmente? Esse é outro déficit, eu diria, de nosso pensamento hoje, na medida em que seria necessário enfrentar como esse estado e a cidadania se estruturam, inclusive para poder ter uma estratégia adequada em relação a eles, para além de seu, a esta altura ingênuo, descarte retórico.

Evidentemente, faço com isso uma inflexão, na medida em que estou buscando focar o argumento para além de Marx, conquanto não contra ele de fato, ao contrário. Se acreditamos que podemos derivar tudo do capitalismo, talvez não precisemos avançar nessa direção. Mas se pensamos realmente que, institucional e imaginariamente, o Estado moderno tem – em grau maior ou menor – autonomia de desenvolvimento e

estruturação numa *específica dimensão jurídico-política*, é necessário investigar como isso ocorre, considerar como isso tem que ser teorizado, para que possamos, efetivamente, enfrentar estrategicamente a nossa relação com a modernidade mais amplamente, inclusive no que se refere à questão democrática. Essa seria uma maneira de fazer uma homenagem real a Marx e a *O Capital*, isto é, voltar a refletir sobre esses processos de longo prazo e os mecanismos a eles associados, de gênese, reiteração e transformação, recuperando a metodologia marxiana.

Hoje somos prisioneiros em grande medida do empiricismo, sem conseguir chegar à questão fundamental de Marx: a construção de categorias analíticas, muito diferentes da construção de conceitos empírico-descritivos, que se apresentam, por exemplo, nos tipos-ideais weberianos. Além disso, seria preciso combinar essas categorias com os processos de desenvolvimento de longo prazo, conceitos-tendência, nos quais insisti aqui. Não se trata de uma tarefa fácil, mas não queremos, ou não devemos querer, que o seja. Uma ciência social crítica não pode querer se furtar desse tipo de dificuldade.

Referências básicas

- Aricó, José (2012 [1976-77]) *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*. México: Fondo de Cultura Económica e El Colegio de México.
- Domingues, José Maurício (2018 – no prelo) *Emancipação e história. O retorno da teoria social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Heinrich, Michael (2003) *Die Wissenschaft vom Wert. Die Marxsche Kritik der politischen Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- Hegel, Georg W. F. (1997 [1820]) *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marx, Karl (2010 [1844]) *A questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Marx, Karl (1867/1873, 1883, 1894), *O capital*, vols. 1-3 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; São Paulo: Boitempo, 1993) (Aquela primeira tradução ao português contém de fato alguns pequenos problemas, que atrapalham uma leitura conceitual e hermenêutica mais rigorosa).

2. Entrevista com Andréia Galvão

Equipe NETSAL

Andréia Galvão - Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp.

1. Qual é a importância d'*O Capital* de Karl Marx para a história da teoria social?

O Capital é, sem dúvida, a obra magistral de Marx. Embora seja um projeto não concluído, é o ponto culminante de um longo, minucioso e paciente processo de crítica da economia política que busca desvelar as relações sociais que estão por trás das categorias materiais. Ao proceder à desnaturalização dessas categorias, Marx demonstra que elas são produto de condições históricas: a forma salário, por exemplo, aparece como o preço justo do trabalho prestado, ocultando a natureza essencial das relações capitalistas, a geração e apropriação da mais-valia por meio da exploração do trabalho assalariado.

Como sabemos, *o Capital* desvenda os ciclos de produção e circulação, a composição do capital, suas partes constitutivas, as condições de sua reprodução. Para isso, dedica-se a analisar em detalhes aquilo que torna possível a constituição dessa relação social, isto é, a separação entre o trabalhador e os meios de produção, bem como os mecanismos que permitem sua perpetuação. Como Marx revela, a formação do mercado de trabalho e o processo de ampliação das frentes de acumulação e valorização do capital não são fenômenos estritamente econômicos, pois eles não poderiam se dar sem o papel fundamental desempenhado pelo Estado mediante a ação de sua burocracia, do direito, bem como da violência empregada contra os dominados. Isso fica muito claro nos capítulos sobre a jornada de trabalho e a acumulação primitiva. As classes sociais, embora abordadas de modo incidental ao longo da obra, e de modo direto, mas inacabado, apenas no último capítulo do livro III, também assumem um papel importante na obra, assim como as lutas por elas protagonizadas. A esse respeito, vale lembrar que a compreensão de Marx sobre as classes não se limita à contradição entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, numa estrutura de classes bipolar. Ela é muito mais complexa do que isso, já que aponta para a existência de frações do capital e de situações que escapam ao assalariamento na indústria e no campo, caso consideremos não só o campesinato e o funcionalismo público, mas também as diferentes formas que a superpopulação relativa pode assumir.

A diversidade de categorias desenvolvidas ao longo da obra (que compreendem os domínios da economia, da política, da filosofia, da história) e sua perspectiva totalizante permitem interconectar as diferentes dimensões da vida social, fornecendo uma visão da estrutura da sociedade em seu conjunto. Essas ferramentas permitem ao pesquisador inspirado em *O Capital* identificar tendências gerais acerca do funcionamento e da transformação do modo de produção capitalista. O livro é, portanto, um clássico, dotado de uma potencialidade analítica ímpar.

2. Por que *O Capital* é uma obra vigente e atual?

Porque continuamos a viver sob o signo do capital, sob a lógica da mercantilização, com todo seu potencial expansivo, generalizante, açambarcador, de um lado e destrutivo, produtor de hierarquias e desigualdades, de outro. Ao contrário do que sustentam diversas teorias que prognosticaram o fim do trabalho e o advento de uma sociedade pós-industrial e de serviços, não vivemos em uma sociedade pós-capitalista, mas em uma sociedade comandada pelo capital. A hegemonia do capital financeiro incide sobre a forma da riqueza, subordina as relações sociais de produção aos desígnios das finanças, afeta cadeias produtivas, altera as normas e formas de assalariamento, bem como o funcionamento das empresas, mas o capital, qualquer que seja a forma sob a qual se apresente, continua privando o trabalhador dos meios de produção e de subsistência.

O capital só existe na medida em que subordina a força de trabalho, daí a importância conferida à divisão social (e internacional) do trabalho e à exploração do trabalho. O trabalhador continua a ser expropriado (de propriedades, saberes, direitos, bens "comuns"). Mas *O Capital* não trata apenas da conversão da força de trabalho em mercadoria, ele demonstra a centralidade do trabalho abstrato sob o capitalismo. Este aspecto é fundamental para a compreensão das relações sociais capitalistas e para a dinâmica dos conflitos sociais que são a partir delas engendrados.

É certo que as relações de produção capitalistas se disseminaram para além da produção tradicional de mercadorias no setor agrícola e industrial, mas a expansão do setor de serviços não suprimiu a indústria; antes, acoplou-se a ela. De um lado, porque esse setor cresce prestando serviços para a indústria; de outro, porque passa ele mesmo a produzir mercadorias, participando da geração de mais-valia. Nesse sentido, pode-se falar numa indústria de serviços.

A tecnologia, por sua vez, embora modifique as condições de trabalho, acelerando os tempos da produção e da circulação, dissolvendo as fronteiras entre trabalho e não trabalho, não cria valor, nem permite sua realização. As inovações tecnológicas e organizacionais, ao mesmo tempo em que poupam trabalho e destroem empregos, possibilitam a intensificação da exploração e potencializam os modos de controle e subordinação dos trabalhadores. Se, de um lado, suprimem postos de trabalho e atividades, por outro, criam trabalho em áreas novas (e o fazem muitas vezes em condições degradantes, extenuantes), dada a mercantilização de esferas crescentes da vida social. Trata-se de um processo, além de paradoxal, bastante heterogêneo, já que a forma peculiar de exploração sob o capitalismo, o trabalho assalariado, coexiste com formas pretéritas de trabalho, como o pagamento por produção e o trabalho a domicílio, atualmente apresentadas como formas "modernas" de trabalho.

Como a história não se desenvolve de modo progressivo e linear, enfrentamos, no presente, um acúmulo de retrocessos. O contrato de duração indeterminada e protegido por uma legislação que assegura um certo patamar de direitos foi uma exceção na história do capitalismo. A flexibilização das normas de proteção ao trabalhador, a disseminação de formas precárias de contratação, além do próprio desemprego, contribuem para o aumento da insegurança no trabalho e para disciplinar a

força de trabalho. O conhecimento e a informação, diferentemente do que defendem que os teóricos do trabalho imaterial, não asseguram autonomia ou liberdade ao trabalhador. Ainda que haja resistência, insubordinação e espaços de subversão da ordem, prevalece a tendência de o capital submeter ao seu controle as iniciativas e experiências dos trabalhadores, seja mediante sua (re)incorporação ao circuito do capital, seja mediante a internalização dos mecanismos de controle, que se tornam cada vez mais sofisticados. A designação de objetivos e metas individuais, ao lado de formas de remuneração por resultado e a disseminação de programas ditos "de participação", faz com que o trabalhador frequentemente trabalhe além de sua jornada, sofrendo com a intensificação dos constrangimentos físicos e psicológicos. Além disso, a exigência de uma formação profissional cada vez mais diferenciada faz com que parte importante do tempo reservado ao lazer e ao descanso seja despendido em inúmeros cursos e atividades de qualificação. Nesse contexto, apesar do movimento de redução da jornada observado no final do século XX, as burlas à legislação (ou soluções como a flexibilização da jornada, a exemplo do banco de horas), tornam a extração da mais-valia absoluta absolutamente atual. Trata-se, pois, de eliminar os tempos mortos dentro e fora do local de trabalho, de modo que todo o tempo do trabalhador torna-se tempo disponível para o capital, mesmo que não seja por ele efetivamente empregado.

3. Quais desafios teóricos e metodológicos *O Capital* propõe aos teóricos sociais?

Os desafios são vários, de um lado, devido às lacunas deixadas pelo próprio autor (acerca da estrutura de classes, da relação entre classes e Estado, além da ausência de um tratamento sistemático do Estado); de outro, devido à necessidade de atualizar as categorias formuladas por Marx à luz das transformações do capitalismo contemporâneo. Vou aqui me concentrar em um deles.

Considerando que o objeto de *O Capital* é a gênese, o desenvolvimento e a crise do capitalismo, e que a crise traz diferentes possibilidades de superação (desfechos progressistas ou a regressão que estamos vivendo agora), é fundamental olhar para as contradições provocadas pela dinâmica do capitalismo e para o papel da luta de classes, bem como dos movimentos sociais que o encarnam, pois é neles que reside a possibilidade de romper com o capitalismo. É certo que os movimentos sociais contemplam uma gama variada de possibilidades, que precisa ser compreendida à luz de fatores estruturais e conjunturais. A ação coletiva pode ter um sentido de conservação, de resistência, mas também tem um potencial transformador, que pode trazer desde ganhos pontuais para os dominados e oprimidos (ganhos nem por isso irrelevantes, a exemplo do reconhecimento de direitos de cidadania), assim como alterações de alcance mais geral e estrutural.

Apesar de várias passagens de *O Capital* indicarem a importância da economia política para a análise dos conflitos sociais, talvez seja esse um dos aspectos menos desenvolvidos da obra, o que pode explicar a pequena influência do marxismo na teorização sobre movimentos sociais. No entanto, nos últimos anos tem se verificado um esforço para superar essa lacuna, como sistematizado em Colin Barker et al., *Marxism and Social Movements* (Leiden/Boston, Brill, 2013). Este é apenas um exemplo de autores que têm chamado a atenção para o fato de que analisar os conflitos a

partir das relações sociais de produção não significa se limitar a elas, mas considerar que a exploração (e, portanto, a posição de classe) engendra *potencialmente* (ou seja, não automaticamente) uma variedade de conflitos.

Ao mesmo tempo em que procura apontar a relação entre trabalho, classes e movimentos sociais, a perspectiva desenvolvida por esses autores reconhece que, se o conceito de classe é fundamental para a análise dos conflitos, ele não é suficiente, pois não esgota as diferentes formas que a contestação social assume no capitalismo contemporâneo, nem dá conta de todas as injunções decorrentes da disputa entre projetos políticos distintos. Dito de outro modo: reconhecer a importância da contradição entre capital e trabalho não equivale a reduzir todo conflito ao conflito de classes, tampouco a minimizar a relevância das lutas contra as diferentes formas de dominação e opressão – quer baseada na nacionalidade, etnicidade, religião, gênero, qualificação, ou sexualidade. Tanto a exploração do trabalho pelo capital quanto as diferentes formas de dominação e opressão suscitam resistências e enfrentamentos aos diferentes poderes instituídos, de modo que é necessário refletir sobre a relação entre classe e outras formas de pertencimento; a relação entre vida cotidiana e vida no trabalho. A esse respeito, vale destacar que o debate sobre a interseccionalidade (ou consubstancialidade) entre gênero, raça e classe tem ensejado pesquisas inovadoras no campo do feminismo. Ao lançar luz sobre a divisão sexual (e étnica) do trabalho, discutir os modos de articulação das formas distintas de dominação e opressão, essas pesquisas têm contribuído para renovar o próprio marxismo.

Por fim, *O Capital* estimula os pesquisadores dos movimentos sociais contemporâneos a "trazer o capitalismo de volta à análise" (Hetland e Goodwin, *The Strange Disappearance of Capitalism from Social Movement Studies*, in: Barker et. al, 2013), desafiando o *mainstream* teórico sobre movimentos sociais, que evita tanto o conceito de classes, quanto o termo capitalismo, não se perguntando em que medida o capitalismo é responsável pelo surgimento de protestos geograficamente distantes e desencadeados por fatores distintos entre si. Afinal, o que há de comum entre lutas contra a austeridade e por democracia, a defesa de especificidades culturais e identitárias, demandas materiais e imateriais? Que conexões pode haver entre movimentos de trabalhadores urbanos e rurais, assalariados ou não, desempregados, sem-teto, sem-terra, imigrantes ilegais, indígenas, mulheres, negros, LGBT? As insuficiências teóricas têm sido respondidas pelos próprios movimentos, cujas bandeiras sugerem possíveis pontos de conexão: "o mundo não é uma mercadoria"; "nós somos os 99%". Resta aos pesquisadores, instigados pelas experiências concretas, responder a esse desafio.

PARTE II

3. Crise do capitalismo global: uma meta-resenha

Raul Nunes¹

Introdução

As instituições políticas e econômicas de uma nação são o que definem seu sucesso ou seu fracasso. Essa é a tese central de *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*, livro lançado pelos economistas Daron Acemoglu e James A. Robinson em 2012. Contrariando perspectivas deterministas, os autores enfatizam o caráter contingente e mutável da história. A popularidade da obra deve-se a seu vasto mergulho empírico na história das nações, utilizando-se de exemplos limítrofes e casos intrigantes para ilustrar uma conclusão simples: o sucesso de uma nação é uma escolha da própria sociedade - obviamente a partir de seu contexto.

A leitura de Acemoglu e Robinson parte da concepção de que as sociedades são providas de instituições que incentivam determinadas práticas por parte dos sujeitos, fazendo com que escolhas individuais, quando agregadas, reverberem em resultados sociais. As instituições políticas definem as regras sociais e, portanto, o arranjo institucional. As instituições econômicas moldam os comportamentos econômicos. Destarte, para fazer da destruição criativa - progresso tecnológico e econômico que substitui o velho pelo novo - o motor de uma sociedade é preciso que as instituições estimulem a escolha pela inovação.

Essas instituições políticas e econômicas podem ser inclusivas ou exclusivas. A inclusividade de uma instituição diz respeito ao grau de distribuição dos poderes e dos recursos; quanto mais inclusivas forem, mais acessíveis às pessoas (à maioria numérica) estarão. A exclusividade diz da concentração de poderes e recursos nas mãos de poucos. Instituições inclusivas tendem a promover instituições inclusivas, num círculo virtuoso. Do mesmo modo, instituições exclusivas tendem a gerar instituições exclusivas, num círculo vicioso. Para romper esses círculos seria necessário um enorme dispêndio de energia social numa direção ou o acontecimento de um momento crítico, uma intervenção exógena à sociedade.

Embora não enunciem nesses termos, o que Acemoglu e Robinson defendem é uma associação entre capitalismo e democracia baseada no liberalismo igualitário, em que se partindo da garantia de um patamar de bem-estar social e da existência de oportunidades iguais as pessoas pudessem usar sua criatividade em favor do desenvolvimento de sua nação. Embora esquematicamente essa defesa faça muito sentido, é estranho que os autores, escrevendo a partir do século XXI, não engajem com discussões de seu tempo, acima de tudo no que concerne ao selvagem ataque do capitalismo à democracia, com o prospecto de implosão do primeiro e anulação da

¹ Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisador do NETSAL.

última. Segue-se, então, uma verificação sobre a possível crise do capitalismo global guiada de outras cinco obras.

O que é o capitalismo

O capitalismo global, que subjuga os Estados-nação e ataca a classe trabalhadora, teria chegado ao seu ocaso. Essa é a hipótese de Wolfgang Streeck em *How will capitalism end?*, livro lançado em 2016. Para acompanhar essa reflexão é preciso elencar algumas questões: 1) o que é o capitalismo? 2) o que distingue o capitalismo global de outras configurações socio-históricas? 3) por que se pode dizer que o capitalismo global está em crise? 4) como superar a crise? Uma investigação mais densa sobre as origens e o possível fim do capitalismo é essencial para entender o mundo contemporâneo, sobretudo o mundo pós crise financeira de 2008, para que então se possa reconstruir a proposta de instituições inclusivas a partir da realidade concreta.

Principal estudioso do capitalismo, Karl Marx compila n’*O Capital*, de 1867, uma série de conceitos que explicam a história e o funcionamento desse modo de produção. Um dos elementos essenciais do capitalismo seria a divisão do mundo em duas classes de pessoas: as detentoras dos meios de produção e as despossuídas, que só teriam sua força de trabalho para vender. Assim, a classe capitalista seria definida por seu interesse em acumular capital, enquanto a classe trabalhadora teria como interesse ganhar seu salário (através do trabalho) para reprodução de sua vida. O capital é o movimento de autovalorização do valor. E como isso acontece? Oras, por meio do processo produtivo o capitalista extrai do trabalhador a mais-valia, que é a quantidade de tempo que o trabalhador despense a mais do que recebe. Por isso o capitalismo consiste na exploração de uma classe de pessoas por outra.

Para Streeck o capitalismo não é só uma espécie de economia (instituições), mas um emaranhado de relações sociais que fundam uma sociedade capitalista. Essa forma de interpretação postula o capitalismo como histórico, rechaçando a ideia de que seria uma forma econômica necessária ou natural (movida por leis naturais), antes sendo produto de longa construção a partir do fazer das pessoas concretas seguindo seus interesses. Além disso, o capitalismo teria um aspecto cultural, elaborando imaginários, tanto no sentido da produção de elementos simbólicos (como a “confiança” do investidor), quanto da criação de “necessidades” (desejos) nos consumidores. Na sua faceta política, o capitalismo tanto se aliaria, como combateria a democracia, a depender do momento histórico e das configurações conjunturais. Finalmente, o capitalismo funcionaria como um modo de vida, penetrando nas práticas cotidianas das pessoas, incluindo a definição familiar e a relação com os meios de reprodução.

Configurações sócio-históricas do capitalismo

Essa formação social, portanto, nasce num momento histórico específico. No prelúdio do crepúsculo do mundo feudal, eram os produtores separados dos seus meios de produção por meio da expropriação violenta e do amparo do Estado. Como demonstra Marx, este é o processo que põe em curso a formação de duas classes: os que detêm os meios de produção e os que não os detêm, uma vez que destes foram vilmente espoliados e condenados à submissão disciplinar. É ainda nessa forma de acumulação

primitiva, estimulada pelas revoluções científicas e tecnológicas provocadas pelas grandes navegações, que se criam os novos e suntuosos mercados nos territórios das grandes descobertas. Para Acemoglu e Robinson esse foi o momento crítico que definiu as nações prósperas e as nações pobres na modernidade, a partir da espécie de relação estabelecida com a Europa no seu caminho colonizatório para a Revolução Industrial.

A socióloga Saskia Sassen, em seu *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*, de 2006, estuda as reconfigurações das capacidades sociais em relação aos elementos “território”, “autoridade” e “direitos” da era medieval à era global. Durante a Idade Média, três autoridades se faziam presentes, muitas vezes sobrepondo-se: império, igreja e feudalismo. Nenhuma destas era definida primeiramente pela territorialidade, mas pelos laços pessoais. A sociedade era então organizada em termos de “classes”: clérigo, guerreiros e trabalhadores. Igreja e império, todavia, reivindicavam ambas o universalismo e se punham em competição, no que desembocaria o poder centralizador do monarca divino.

Concomitante a essa marcha estaria o crescimento econômico das cidades por volta do século XIII. Esse fato teria ajudado a estabelecer o caráter territorial da soberania promovendo a existência de autoridades públicas, as quais intermediavam o diálogo entre o nível local da cidade e o nível do reino, referenciado na figura do rei. Com isso desenvolvia-se a noção de uma lei terrena a ser incorporada não num domínio universal ou pessoal, mas territorial. Essa ação dos reis era acompanhada pela formação de uma espécie de proto-burocracia, um corpo administrativo composto por frações da nobreza especializado na cobrança de taxas - algo que interessava demasiadamente aos burgueses, que teriam autonomia para venda e troca, bem como uma autoridade central que os protegesse.

O próximo recorte temporal data do século XVI, com a construção de uma escala mundial que foi levada a cabo com a fabricação de geografias imperiais com vias de produzir economias políticas nacionais, assim como de uma necessidade de distinção entre a riqueza do príncipe e a riqueza pública. Se a antiga escala mundial das cidades que estabeleciam trocas de longa distância marcou o período anterior, este teria como marca a pilhagem por meio das expedições de exploração. Apesar de anunciar a formação do capitalismo, só no século seguinte surgiria uma classe propriamente burguesa e a riqueza passaria a possuir a forma valor. A exploração de metais preciosos na América e o desenvolvimento da indústria na Europa criavam uma relação de dependência entre os reinos e as colônias, tendo como mediadora a figura do mercador. Sistemas para além da fronteira começaram a ser criados e puseram ouro e prata a circular pelo solo europeu, demandando uma lei mercantil.

Esse capitalismo nacional hegemonizava a lógica organizativa do período, embora ainda existissem muitas das estruturas do sistema feudal. É nesse sentido que a burguesia se insurge contra a monarquia - em associações esporádicas com a nobreza - para a instauração do parlamento e a saga pelo livre comércio. Com a democracia liberal poderiam instituir um sistema de leis fundado no contrato social e que definiria o critério para a atribuição de direitos - certamente privilegiando a burguesia e o direito de propriedade. Além disso, poderiam pôr o Estado no caminho da criação de um mercado

de trabalho livre. Formam-se assim as personas legais privilegiada (burguesia) e desprivilegiada (proletariado).

Esquadrinhando a formação e desintegração da civilização do XIX, Karl Polanyi publica em 1947 o que viria a ser uma das obras mais importantes daquele século: *The great transformation: the political and economic origins of our time*. O que poderia explicar cem anos (1815-1914) de paz entre as grandes nações? As raízes desse processo estão fincadas na Revolução Industrial do século XVIII, este moinho satânico que convertia homens em massa, promovendo a um só tempo a melhoria dos meios de produção e o deslocamento catastrófico de grande contingente de pessoas. Os cercamentos, ponto de partida desse processo, foram contrapostos, devido a seus efeitos negativos, por legislações várias. Fato é que se essas leis não puderam impedi-los, conseguiram ao menos desacelerar sua marcha inexorável, garantindo um mínimo de condições de vida para a população. O advento das máquinas elaboradas deu novo fôlego à Revolução, transformando mercadores em capitalistas, uma vez que essas máquinas só podiam ser pagas com uma grande produção. Progressivamente o fundamento da sociedade se deslocaria da subsistência para o ganho.

A economia passava, portanto, a ser dirigida pelos preços de mercado, numa espécie de auto-regulação do comércio. Esses fatores levaram pensadores a acreditarem que essa procura pelo lucro seria intrínseca à vida humana, constituindo o *homo economicus*. O homem para Polanyi, ao contrário, seria eminentemente social e suas relações econômicas seriam definidas por suas relações sociais. O que se conclui é que não haveria natureza humana no que concerne à adoção de valores, mas uma interação reiterativa entre padrões institucionais e práticas sociais. Esses padrões gerariam princípios comportamentais numa sociedade dada e vice-versa.

Na sociedade capitalista o mercado seria constituído como lugar de troca ou compra e venda, produzindo preços. Esse padrão de mercado criava a própria instituição mercado, sobretudo os de longa distância. O caminho que vai do local ao “global” passa por três momentos: (1) divisão do trabalho; (2) alocação de bens; (3) trocas de longa distância. Existiriam ainda três níveis de mercado, baseados na circunscrição das trocas: (1) externo, derivado da falta de bens; (2) local, limitado aos bens de uma região; (3) interno, este propriamente competitivo. A criação desse mercado interno foi levada a cabo pela intervenção do Estado nas economias primitivas. O desdobramento dessa criação foi o nascimento das cidades, com dupla função de proteger as trocas e prevenir que essas invadissem o campo. Na esfera municipal a esperança era de manter os mercados não competitivos, mas a ação estatal acabou por produzir um sistema mercantil, erigindo mercados nacionais e acabando com a divisão local/externo. Com a extensão dos sistemas tradicionais municipais para o Estado, este centralizou-se, fundando o poder soberano (externo) e viabilizando a unificação nacional (interna) por meio do capital.

A economia de mercado é definida pelo preço a partir da relação oferta/demanda, intermediada pelo dinheiro e derivada da expectativa de seres humanos maximizadores. Neste sentido, ao serem precificados, trabalho, terra e dinheiro são chamados, respectivamente, de salário, aluguel e juros. Até 1789 trabalho e terra não eram comodificados, uma vez que significam, na realidade, seres humanos e natureza. O

que acontece é que mercadorias são objetos produzidos para venda no mercado. Embora sejam essenciais para a produção, trabalho, terra e dinheiro não são produzidos para venda, sendo, portanto, mercadorias fictícias. Essas são substâncias da sociedade que devem ser protegidas do moinho satânico, da comodificação total, com o risco de pôr fim à própria sociedade. Com o desenvolvimento do sistema fabril, indústrias passam ao centro do comércio, tornando elementos industriais (trabalho, terra e dinheiro) comercializáveis. Através dessa organização do trabalho (instituição de formas de vida das pessoas comuns), a sociedade humana tornou-se mero acessório da economia de mercado. Ficaria relegado à política impedir a comodificação total das mercadorias fictícias.

A comercialização do trabalho forjaria o mercado de trabalho, mas não sem solavancos. Na Inglaterra, isso se deu em três etapas: (1) 1795-1834 - Lei Speenhamland, que instituía uma renda básica para todas as pessoas; (2) 1834-1844 - Reforma da Lei dos Pobres, que decretava que indivíduos deveriam trabalhar por qualquer salário; (3) 1834-1870 - mercado de trabalho competitivo, sem qualquer proteção trabalhista (até a entrada dos sindicatos em cena). O desenrolar dessa competição (que desemboca no êxodo rural e na formação de um exército industrial de reserva) contribui decisivamente para a irrupção da imagem do pobre (*pauper*) e para a tomada de consciência da existência da sociedade e das desigualdades sociais (a pobreza).

Desta maneira, passa-se à segunda metade do período considerado (1879-1929), elencando as tensões disruptivas da época, quais sejam: (1) na economia doméstica, desemprego; (2) na política doméstica, luta de classes; (3) na economia internacional, pressão nas trocas; (4) na política internacional, rivalidades imperialistas. Cada uma dessas tensões poderia ser provisoriamente resolvida pelo esticamento de outra, uma vez que descrevem campos relativamente autônomos e com equilíbrio próprio. Do mesmo modo, quando essa harmonia não era atingida, a desarmonia chegava a todos. Com o passar do tempo, o protecionismo foi transformando o capitalismo de competitivo em monopolista, eclipsando os comerciantes individuais. A crise econômica de 1929 expôs as falhas do sistema, mormente a separação constante da política e da economia. Sucintamente, a retirada da discussão econômica da política (ou a submissão desta última à primeira) trouxe à tona a questão do governo popular. É nesse contexto que aparece a solução fascista.

Crise do capitalismo global?

No que se segue, Sassen investiga a reconfiguração das capacidades sociais pós-1980 em termos da economia global, do Estado e da cidadania, correspondendo, respectivamente, a território, autoridade e direitos. Os acordos de Bretton Woods, logo após a Segunda Guerra, de fato representaram uma tentativa de globalização da economia, mas a autora localiza o ponto de mutação em outro momento: a ascensão dos bancos transnacionais nos anos 1970, com sua queda nos anos 1980 e a iminente abertura para a financeirização da economia. O projeto piloto da financeirização teria sido o Plano Marshall, que aumentou a interdependência entre os países e fortaleceu os EUA.

A autora argumenta, contra a literatura corrente, que o Estado-nação não deixa de ser relevante no capitalismo global, mas ele mesmo se reconfigura internamente e adota um projeto de desnacionalização do Estado. Relativo ao primeiro aspecto, o que se vê é uma concentração de poder decisório no Tesouro Nacional, no Sistema de Reserva Federal e em agências regulatórias relacionadas ao mercado financeiro. Nota-se, particularmente, uma investida do executivo contra o legislativo, tanto na questão propriamente econômica, quanto na produção de segredos de Estado e vigilância da população. É essa redistribuição interna de poder, e não um declínio do Estado liberal frente ao mercado global, segundo a autora, que acarretaria o déficit democrático.

Ligeiramente diferente é a interpretação de Streeck, para quem o triunfo do capitalismo neoliberal foi uma vitória pírrica, que ao implodir os alicerces da democracia lançou as bases para a mercantilização irrestrita da terra, trabalho e dinheiro. A diminuição do crescimento econômico a partir dos anos 1960 tornara difícil sustentar um sistema que promovesse ganhos para ambos capitalistas e trabalhadores, fazendo com que as decisões políticas anti-trabalhistas resultassem nas contínuas greves da época. Aliada a essa estagnação, explode a inflação nos anos 1970. Os anos 1980 assistiam, então, ao início da era neoliberal (saída de uma economia política keynesiana para uma hayekiana). A diminuição estatalmente dirigida da inflação provocava aumento do desemprego e ataques aos sindicatos. Sem a inflação para garantir a paz social, a dívida pública veio para preencher essa lacuna e entrou em franca escalada, trocando um problema por outro.

Nos anos 1990 o neoliberalismo mostrava a que veio: o discurso de que *there is no alternative* achatou todo o pensamento econômico à única possibilidade de “saneamento das contas públicas”, que significava, na realidade, uma redução brutal das garantias sociais do Estado e sua devoção ao mercado global, com vistas a assegurar a “confiança” dos investidores. Sem poder recorrer à inflação ou ao endividamento público, o caminho escolhido foi incentivar as dívidas privadas (individuais, especialmente em relação a hipotecas, aluguéis e moradia em geral). À hiper-regulação do Estado no que concerne aos investimentos sociais, somou-se uma hiper-desregulação em relação ao mercado financeiro, promovendo a financeirização da economia. Corresponde a esse período o divórcio entre capitalismo e democracia, com a submissão da política à economia, transformando a política econômica em questão técnica, impassível de discussão substantiva e de questionamento.

O capitalismo parecia, finalmente, ter encontrado sua forma derradeira. Daí a surpresa mundial: o império do capital viria a ruir com o estouro da bolha imobiliária, desembocando na grande crise de 2008, que levou diversos bancos à falência e expôs os perigos da desregulação do mercado financeiro. Ironicamente, o mesmo mercado que demandara o saneamento das contas estatais recorria agora aos Estados para que evitassem seu completo colapso, resultando, outra vez, na elevação da dívida pública. Eis a imagem de um sistema em sua crise terminal.

Em seu *The Endtimes of Human Rights*, de 2013, Stephen Hopgood argumenta na direção de que haveria chegado o fim dos tempos para os Direitos Humanos enquanto instituições internacionais específicas (OTAN, ONU, ICC, R2P): uma estrutura global elaborada de cima para baixo. O movimento de globalização dos

direitos humanos como valor universal da humanidade visto ao longo do século XX teria seu reforço nas sanções comerciais e militares por parte dos EUA, culminando em diversas guerras pela democracia e pela paz. As convenções internacionais (como a de Genebra, em 1994) puseram as leis humanitárias acima das leis domésticas, os direitos humanos globalizados acima da política nacional. As cortes internacionais seriam o ponto de convergência da justiça global, congregando genocídios, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

A crise dos Direitos Humanos, que a princípio poderia ser solucionada com o recurso ao silenciamento forçado por parte dos EUA, tem causas mais pervasivas: a conversão da unipolaridade estadunidense em multipolaridade, a volta dos fundamentalismos religiosos e a erosão das possibilidades de um acordo de regras universais e não negociáveis. Com a Europa desguarnecida e a entrada em cena de potências que desafiam os EUA (Rússia, Índia, China), a adoção de regras consensualizadas passa a depender do mero arbítrio das nações. A investida contra desobediências só pode ocorrer com aval de todos os grandes atores, com o risco de gerar uma nova guerra mundial caso seja feita à revelia. O reencantamento do mundo traz a magnitude das religiões cristãs e islâmicas para a negociação do que deveria ser inquebrantável, impondo o relativismo contra o universal, a família contra o gênero e a sexualidade. Finalmente, o projeto europeu de uma civilização global baseada em regras comuns tem suas bases dinamitadas.

Soluções para a crise

Na implosão dos Direitos Humanos a pergunta que surge é: os direitos humanos estão fadados ao fracasso? E ainda: é possível constituir uma autoridade moral a nível de humanidade? Para Hopgood, essas são questões de um mundo neo-westfaliano, isso é, sem uma única autoridade moral bem definida. Alguns caminhos seriam possíveis, como um súbito super-desenvolvimento material dos EUA, que reconstituiria sua margem de manobra para impor Direitos Humanos mundo afora mais facilmente. Mais provável (e talvez desejável) seria uma reconstrução dos direitos humanos como cultura popular, como a linguagem viva que parte do local ao global, dos problemas cotidianos dos seres humanos concretos para a solidariedade transnacional. Assim, seria preciso reinscrever os direitos humanos na disputa política.

Saskia Sassen aposta na constituição de uma sociedade civil global, que encontre abrigo nas cidades globais contemporâneas que concentram grandes fluxos de informação, pessoas e capital. Essas cidades poderiam sediar grandes manifestações e divulgar demandas locais a nível mundial. Porque os Estados já estariam imbricados no *modus operandi* do mercado financeiro, seriam as lutas mediadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação - principalmente a internet - aquelas capazes de construir espaços de agência que articulem o digital e o não-digital. A aproximação entre o local e o global perfazer-se-ia com as práticas cotidianas e os imaginários alter-globais. Esse lugar de produção criativa poderia promover novas forças instituintes a oxigenar as estruturas instituídas e retrabalhar a cidadania como contrato inacabado, levando-a mais adiante.

Para Wolfgang Streeck, o que sucede hoje é que apesar de o capitalismo não conseguir mais produzir inovações para dar soluções a suas próprias crises, não há no horizonte nenhuma alternativa à sociedade capitalista. Mais do que isso, existiria uma ideologia individualista e consumista entranhada no pensamento e no cotidiano dos indivíduos que os satisfaria momentaneamente e traria sua ação coletiva. O movimento produtivo pós-fordista sai da produção em massa para a produção de demandas específicas (nichos), que aparecem aos indivíduos como libertação e como diferenciação individual. Atomizados e com sua subjetividade cooptada pelo processo simbólico de consolidação de uma lógica capitalista de funcionamento societário, a ação coletiva esmorece, fortalecendo cada vez mais o capital em detrimento do trabalho. Contribui para isso o violentíssimo ataque neoliberal às organizações trabalhistas e a queda do socialismo real. Seria tempo de interregno, em que o velho já morreu e o novo não pode ainda nascer. O pessimismo era menor para os nascidos no século XIX: Polanyi acreditava que a sociedade sempre encontraria meios para sua autoproteção, enquanto Marx via na revolução socialista a saída.

Considerações finais

Consideradas tão diversas interpretações, pode-se esboçar agora respostas às questões iniciais. 1) O capitalismo é o conjunto de relações sociais baseadas na divisão da sociedade em classes, com uma delas (detentora dos meios de produção) objetivando acumular capital e a outra (despossuída dos meios de produção) oferecendo seu trabalho no mercado. 2) O capitalismo global consiste numa intensa conexão entre os mercados que praticamente ultrapassa e supera os limites dos Estado-nação, promovendo a desregulamentação e financeirização da economia. 3) A crise do capitalismo global deve-se à intensificação da exploração do trabalho, da terra e do dinheiro aliada à erosão da política como forma de mediação do conflito. 4) A resistência ao capitalismo global ainda está por ser construída, mas os protestos que se espalharam pelo globo nos anos 2010 apontam para um acúmulo de indignação coletiva, pronta para ser canalizada.

Retomando a defesa empiricamente orientada de Acemoglu e Robinson para que as nações adotem instituições inclusivas, deve-se ressaltar três pontos: 1) a existência de classes sociais compromete a inclusividade; 2) a distribuição desigual de poderes e recursos no globo inibe o sucesso das nações mais pobres; 3) a divisão internacional do trabalho é um projeto geopolítico. Nesse sentido, uma teoria elaborada no século XXI que reflita sobre o sucesso e o fracasso das nações deve levar em consideração a divisão do poder entre as nações e entre os indivíduos, entendendo como ambas se corroboram e de que maneira produzem configurações socio-históricas específicas.

Bibliografia

- Acemoglu, Daron; Robinson, James A. (2012) *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. New York: Crown Publishing Group.
- Hopgood, Stephen (2013) *The endtimes of Human Rights*. Ithaca: Cornell University Press.
- Marx, Karl (2013) *O capital: crítica da economia política. Volume I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.

- Polanyi, Karl (2001) *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.
- Sassen, Saskia (2006) *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. New Jersey: Princeton University Press.
- Streeck, Wolfgang (2016) *How will capitalism end? Essays on a failing system*. Nova Iorque/Londres: Verso.

4. Ficções: o imaginário e os limites do capital

Francisco Julião Marins Bedê¹

O presente trabalho discutirá a relação entre o imaginário e os fundamentos e limites do capitalismo. Nesse intuito, serão colocadas em debate as perspectivas de três autores trabalhados ao longo do curso: Karl Marx, Karl Polanyi e Wolfgang Streeck. O eixo que articulará o debate será a noção de *ficção*, noção esta que o trabalho visará demonstrar como central na obra dos respectivos autores, ainda que permaneça em geral como uma ideia não-desenvolvida em seus fundamentos e consequências (uma *categoria residual*, na clássica definição dada por Parsons²).

As noções de imaginário e de ficção de certa forma se confundem. Isso ocorre porque a definição elementar de imaginário é “fazer ser o que não é” ou, de outra forma, “ver o que é no que não é”: uma definição muito próxima de ficção, uma vez que se entende por ficção algo inventado que difere de algo que é real ou que existe por si mesmo. O imaginário pensado como atividade fantástica se refere justamente à ideia do sujeito como um poço sem fundo de produções ficcionais denominadas *phantasmas* ou *phantasias*: não obstante, como veremos em se tratando da noção mesma de *fantasia*, o imaginário em sua dimensão radical e decisiva subverte a própria diferenciação entre o real e o ficcional.

Qual a relação, por sua vez, entre as ficções e a sociedade? O argumento do presente trabalho é de que a relação entre ficção e sociedade ou mundo social possui três aspectos distintos: 1) O primeiro se refere àquilo que Goffman denominou de “ordem da interação” ou “ordem das aparências” como sendo a natureza incontornavelmente ficcional (teatral) da interação social: da interação social entre os atores emerge a sombra de uma estranha autonomia da ordem ficcional que se impõe aos indivíduos (de uma ótica convergente, ainda que distinta, é o que Lacan denomina de Grande Outro como a autoridade ficcional que emerge da ordem simbólica, a “Constituição não-escrita” da sociedade)³; 2) O segundo aspecto com que a ficção se apresenta como central na sociedade se refere ao que Castoriadis denomina de imaginário segundo ou derivado. É o processo de imposição da ficção sobre uma realidade real-racional que supostamente deveria desmentir a ficção: é justamente o que Polanyi denomina de “mercadorias ficcionais” (mercadorias que só existem como ficção, pois a sua existência real-racional desmentiria sua natureza de mercadoria) e o que Streeck denomina de “falsa consciência” presente na cultura (na integração social) neoliberal uma vez que os indivíduos veriam como libertadora uma situação entrópica e

1 Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisador do NETSAL.

2 Domingues (1999), cap. 3.

3 Goffman (1975 e 1983) e Lacan (1998)

opressiva⁴; 3) O terceiro tipo de ficção operativa no mundo social é a mais decisiva, sendo o imaginário em sentido mais radical: trata-se do que Castoriadis denomina de significações imaginárias sociais ou imaginário primeiro, sendo conceito idêntico ao que Zizek denomina de Real fantasmático: são as ficções que criam (sustentam, melhor dizendo) a subjetividade e o mundo criado por esta. Nesse sentido, essas ficções denominadas “fantasias fundamentais” não estão presentes na realidade do mundo social (são puramente virtuais), elas são somente uma certa tela de pressupostos implícitos que sustentam e constroem os processos históricos, a ponto de podermos nos perguntar se não é a sociedade que existe para essas ficções ao invés do contrário (sendo por isso que “ficção”, nesse sentido, é mais uma metáfora que uma descrição adequada do fenômeno chamado *fantasia*). É justamente o que Marx denomina de fetichismo da mercadoria, a crença não-experimentada da natureza sagrada e espiritual/mágica das mercadorias, ficção essa que é o segredo da própria forma do valor, aquilo que faz a mercadora existir enquanto tal na sociedade capitalista, ainda que essa crença não esteja presente para os sujeitos nos processos interativos (“disso eles não sabem, mas o fazem”)⁵.

Adentramos, portanto, no objeto do nosso trabalho: qual a relação entre essas ficções e os limites do capital? Enquanto limites do capital estamos invocando a famosa afirmação de Marx (“o limite do capital é o próprio capital”) para aludir não somente ao fim e ao esgotamento do capitalismo, mas também aos potenciais disruptivos e às incongruências críticas que são intrínsecas da dinâmica capitalista.

O desafio, portanto, é destrinchar essa tríade capitalismo-ficção-sociedade com base na abordagem da nossa tríade de autores selecionados. Para dar conta desse desafio, o trabalho adotará a estratégia de partir dos “significantes vazios”⁶ que cada um desses autores utiliza para acolchoar suas respectivas abordagens, buscando demonstrar que esses significantes vazios são propriamente barreiras teóricas/ideológicas que impedem uma confrontação analítica real com a dimensão ética/política da relação entre ficção e acumulação capitalista.

Os significantes vazios mobilizados por cada um desses respectivos autores são os seguintes: 1) No caso de Polanyi, o autor mais aberto e abrangente em termos de colocar esse problema no centro da questão, trata-se da ideia de “sociedade como um todo”, um todo que possui uma natureza específica que se apresentaria como uma série de princípios herdados da tradição e antropologicamente universais que garantiriam a incrustação das relações materiais (econômicas) na totalidade da vida de seus integrantes (os princípios da reciprocidade, centralidade, redistribuição, etc); 2) Em se tratando de Streeck, autor que explicitamente deve muito a Polanyi em sua construção, nós sempre nos deparamos com a noção de “sociedade minimamente estável e funcional” cumprindo esse papel-chave de sustentar a concepção geral de sociedade que guia a argumentação: o fim do capitalismo é o fim da sua capacidade de produzir uma “sociedade minimamente estável” (o que pode ser entendido em sua argumentação, sem ressalvas, como incapacidade de produzir *integração sistêmica*); 3) No caso de Marx,

4Castoriadis (1982), Polanyi (2012) e Streeck (2016).

5Marx (1998), Castoriadis (1982) e Zizek (1996 e 2008).

6Laclau e Mouffe (1985) e Zizek (1992 e 2008).

como de costume, as coisas se complicam porque, ao mesmo tempo em que temos uma posição de insistente e enfática afirmação do papel central de um significante vazio (a saber, a deplorável noção de *compatibilidade entre meios e relações de produção*: a ideia da sociedade como a cobra que troca de pele, de relações de produção, sempre que os meios de produção entram em contradição com tais relações), por outro lado, é perfeitamente discernível como o próprio Marx analiticamente (especialmente em *O Capital*) não se utiliza, de fato, dessa noção e apresenta uma abordagem centrada no modo como uma forma social (no caso, a forma do valor) se inscreve historicamente numa dada configuração de processos sociais e constrói seus próprios pressupostos de reprodução e transformação (evidentemente essa abordagem tem relação direta com o modo inteiramente diferenciado como Marx compreendeu o papel da ficção na sociedade capitalista).

Ao afirmarmos essas ideias que operam na análise desses autores como sendo significantes vazios (respectivamente, as ideias de *sociedade como um todo/sociedade minimamente estável/compatibilidade entre meios e relações de produção*), não estamos afirmando que essas noções são desprovidas de significado ou pertinência, nem mesmo que não tenham uma dose maior ou menor de validade conceitual e histórica. O que estamos afirmando, antes de mais nada, é que elas operam no interior da análise desses autores precisamente como o efeito de “significante mestre” (outro nome para significante vazio) tal como descrito por Laclau e Zizek, ambos referenciados em Lacan⁷: trata-se de elementos que criam um efeito de profundidade, o efeito de um indefinido ponto de referência que *supostamente* serve como garantidor de um sentido fixo e mais geral para os distintos processos históricos e seus componentes.

O que denuncia esse papel de significante mestre para essas noções é justamente serem definições que, por serem indeterminadas, apontam para um ponto ex-timo no horizonte que nunca podemos apreender. Por exemplo, quando exatamente podemos dizer que existe uma incompatibilidade entre meios e relações de produção no capitalismo? Ou, por outro lado, quando exatamente podemos dizer que uma sociedade não é minimamente estável? Não se trata, evidentemente, de uma problemática nominalista e empiricista (do tipo, “quando eu posso identificar e nomear essa coisa atravessando a rua”), mas sim de um problema que diz respeito aos fundamentos ontológicos do mundo social (e do eventual tamponamento da inconsistência real, do carácter de contingência e de incompletude, efetivamente presentes nesses fundamentos). Tendo isso em mente, adentraremos na discussão dessa questão em Polanyi, que nos servirá de plana tanto para nossa questão maior, da relação entre sociedade-ficção-capitalismo, quanto de ponto de contato com os demais autores.

Antes de tudo, a obra de Polanyi é o diagnóstico de uma crise: como explicar os sucessivos episódios de colapso de uma civilização? É um diagnóstico das grandes crises econômicas capitalistas, das questões sociais patentes e, principalmente, um diagnóstico das Grandes Guerras. Na visão do autor, todo o encadeamento central de processos que leva a esse colapso pode ser compreendido como consequências não-intencionais de tentativas da sociedade e do Estado de lidarem com o fundamento

7 Laclau e Mouffe (1985) e Zizek (1992, 2008).

precário dessa civilização, o sistema de livre mercado, que começa a caducar incontornavelmente e inviabilizar a existência da sociedade.

Os encadeamentos analíticos desse diagnóstico são já clássicos. Por um lado, as instituições fundamentais dessa civilização (sistema internacional de poder, Estado liberal, padrão ouro e mercado auto regulável) giravam em torno da implementação e garantia do livre mercado (sejam aquelas diretamente econômicas ou não) e também dependiam do livre mercado para existir. Por outro lado, uma a uma essas instituições começam a caducar e serem rompidas uma vez que sua função girava justamente em torno da impraticável implementação do livre mercado: o Moinho Satânico triturava a sociedade na tentativa de efetivar a desincrustação da economia da totalidade das relações sociais e, dessa forma, acaba por inviabilizar o próprio livre mercado (que dependia, para existir, da viabilidade da sociedade). Por fim, o que Polanyi denomina de duplo movimento que impera nas sociedades industriais de livre mercado é justamente essa dinâmica de desincrustação da economia promovida pelo liberalismo e a consequente reação da sociedade no sentido de reverter, barrar ou desacelerar tal movimento de desincrustação⁸.

Naturalmente, surgem duas questões: por que o livre mercado inviabiliza a existência da sociedade e como tal instituição que inviabiliza a sociedade consegue de alguma forma se impor sobre essa mesma sociedade? Isso ocorre, segundo o autor, devido ao que ele denomina de “sistema de grosseiras ficções” centrado na mercadoria, ficções essas necessárias para a existência de um sistema de livre mercado. Desde o início Polanyi é explícito em diferenciar tal sistema da ficção a qual Marx se refere: o fetichismo da mercadoria seria algo que diria respeito a mercadorias genuínas, enquanto a ficção a qual se refere Polanyi seria a grosseria ficção de tratar como mercadorias genuínas coisas que não o são⁹. É justamente o que o autor denomina de *mercadorias ficcionais*, uma vez que nenhuma delas se enquadra na definição factual de mercadoria (que, na definição neoclássica de Polanyi, seriam “objetos produzidos para serem vendidos”): natureza, trabalho e dinheiro.

Ao primeiro momento, pode-se ter a equivocada impressão de que o problema de tal encadeamento analítico da obra de Polanyi está na sensação de que *os alienígenas estão implementando o livre mercado*, ou seja, como com frequência a narrativa apresentada é de que a sociedade *como um todo* está resistindo à implementação de tal instituição, logo, torna-se inevitável a elucubração sobre quem exatamente está do outro lado do duplo movimento. Por outro lado, igualmente equivocado é localizar o problema no carácter por vezes evidente do romantismo presente em tais formulações: não em poucas passagens o funcionamento e a tendência “natural” de uma sociedade aparece como sinônimo de respeito e vigência da tradição. Nenhum dos dois pontos é um verdadeiro problema porque o primeiro deles é resolvido pelo autor com a ideia, com um leve toque de similaridade com Gramsci, de que determinados grupos desempenham o papel de representar a sociedade como um todo¹⁰, e o segundo falso problema, por sua vez, é antecipadamente resolvido pelo simples fato de que princípios

8 Polanyi (2012).

9 Polanyi (2012).

10 Idem.

identificados com a tradição ao nível antropológico, mesmo que convergentes com uma postura romântica, não estão impedidos de serem verdadeiros e não impedem a análise de estar correta.

Antes, a problemática central encontra-se no fato de que a *sociedade como um todo*, que em Polanyi aparece como o limite por excelência ao capital, funciona analiticamente como um significativo vazio que externaliza a inconsistência social da dinâmica capitalista: seu carácter disruptivo passa a ser dotado de uma base que funciona analiticamente/ontologicamente como sendo externa à sociedade (externa à tal “sociedade como um todo”): essa base que serve de amparo para a dinâmica disruptiva do livre mercado são justamente as “grosseiras ficções”, fundamentalmente incongruentes com a natureza da sociedade e sua existência. Em suma: em tal abordagem, a disruptividade e a inconsistência própria da dinâmica das sociedades capitalistas é apresentada como externa ao “verdadeiro” mundo social, externa à sociedade como um todo ancorado em princípios antropológicamente universais que garantem sua coerência e funcionalidade, e essa sociedade resiste e luta contra essa inconsistência e disruptividade que lhe atinge como um intruso hostil, um intruso que se faz presente através de incongruentes ficções.

Sendo assim, muito mais adequada é a postura da Teoria Crítica: os limites do capital, suas bases e sua disruptividade, atravessam a sociedade por dentro, são *internas* ao mundo social. Polanyi incorpora a concepção neoclássica de que o definidor no mercado moderno é o livre comércio e seu carácter autorregulado, quando na teoria crítica em sentido mais restrito (ou mesmo mais ecumênico, incorporando Keynes, por exemplo) o definidor do mercado moderno é o processo de acumulação capitalista, acumulação de valor abstrato (ou em Keynes, em definição mais psicológica, *the love of money*): no caso de Marx, mais especificamente, o definidor é a relação de troca e relação de produção enquanto relação entre coletividades que é, evidentemente, interna à sociedade. Mesmo na abordagem keynesiana se faz patente a economia política da relação entre coletividades, pois sua proposta de regulamentação social que viabilizaria a existência do mercado é interna à própria sociedade: é a imposição da eutanásia do rentista¹¹.

Existe, portanto, na construção analítica de Marx o reconhecimento do capital e seus limites como internos à sociedade: não há significativo vazio que garanta a coerência e a integridade do mundo social moderno perante os processos que lhe são imanentes (obviamente, desconsiderando a deplorável noção da compatibilidade entre forças produtivas e relações de produção que é o significativo vazio por excelência da filosofia marxista). O conceito marxista que visa dar conta desse desarranjo e incongruência fundamental que atravessa internamente a sociedade é, evidentemente, *luta de classes*: para darmos um sentido mais universal e político para a questão, escolhamos o conceito de *antagonismo social*¹², noção derivada da discussão sobre a questão da hegemonia em Antonio Gramsci.

A relação, portanto, entre capitalismo/sociedade/ficção é totalmente interna, completamente imanente, e é nesse sentido que a definição do papel da ficção em Marx

11 Keynes (1992) e Marx (1998).

12 Laclau e Mouffe (1985).

é decisiva. Uma vez que a sociedade é incongruente consigo mesma, atravessada por uma inconsistência ativa fundamental (denominada de antagonismo social), não somente não há externalidade da sociedade com relação aos limites do capital, como também não há possibilidade de buscar uma natureza da sociedade, uma coerência firmemente garantida, que possa nos preservar da realidade da ficção e ontologicamente externalizá-la: a “ficção grosseira” é interna à sociedade, está incluída em seu modo “normal” de funcionamento!

Vejamos isso mais de perto. Tanto Marx quanto Polanyi compreenderam que a ficção estava no coração do mercado moderno, era uma força definidora de seu modo de ser e o fundamento de sua efetivação. Igualmente, ambos compreenderam que o local dessa ficção deveria ser buscada na forma social elementar desse tipo de relação: a mercadoria. Não obstante, Polanyi perde o ponto fundamental do problema porque adota a definição neoclássica de mercadoria: “mercadoria é um objeto produzido para ser vendido”. Dessa forma, acaba por definir a mercadoria em termos ideais e trans-histórico, não realiza o passo decisivo de definir a mercadoria como uma relação imanente à sociedade capitalista e moldada nos termos de seu modo de ser.

Perde-se, assim, a ficção fundamental inscrita no coração da forma mercadoria nas sociedades capitalistas: não a ficção que se impõe sobre o dinheiro (de ver como mercadoria algo que não é), mas a ficção imposta pelo dinheiro enquanto “A” mercadoria por excelência, ou seja, a ficção de ver os objetos como portadores de valor (de um valor abstrato quantificável). Ao buscar uma definição de ficção mercadológica como a imposição da mercantilização sobre elementos que não podem ser mercantilizados sem solapar a funcionalidade da sociedade, Polanyi perde de vista o carácter ficcional da própria forma mercadoria enquanto tal: não o fato de que foi produzida para ser vendida, mas o fato de que as pessoas lhe atribuem valor de troca como sua característica definidora (o fato de que o dinheiro, enquanto capital, transforma os objetos reais em meras ficções: no capitalismo, todas as mercadorias são ficcionais, a sua realidade é o seu valor abstrato). É justamente esse processo, de transformação dos objetos reais em meras ficções (uma mera sombra de seu valor abstrato), que coincide com a presença da fantasia de que algo “está no objeto mais que ele mesmo”: é o que torna os sujeitos enfeitados pelas mercadorias e as torna objetos portadores de uma capa sagrada e metafísica. Em suma, é o que torna as mercadorias objetos de fetiche¹³.

O que está em jogo é o carácter “redobrado” da ficção: a ficção que regula a própria utopia liberal do mercado auto regulável e que opera não nesse ideário, mas no ato mesmo da troca. Justamente a ficção que é, para usar as palavras de Castoriadis e Žižek, “mais real que a realidade” e que, por isso, sobredetermina tanto os aspectos “normais” (real-rationais) quanto os aspectos “ficcional” do mundo social. É por isso que Marx afirma que a realidade das mercadorias no mundo moderno é de natureza fantástica, irreal, mas, ao mesmo tempo, afirma que essa irrealidade absurda é efetiva e definidora da natureza dos processos: é ela que de fato está acontecendo mesmo que as pessoas não vejam dessa forma! (“disso eles não sabem, mas o fazem”). Sendo assim, devemos nos utilizar de Castoriadis e colocar no centro do palco as significações

13 Marx (1998) e Žižek (1996).

imaginárias sociais que operam na relação de mercado, ao contrário de atribuir seus efeitos e sua força meramente a exageros utópicos de intelectuais liberais.

Dessa forma, a sociedade enquanto tal não pode ser limite ao capital e às ficções que lhe são próprias: a ficção, em determinado nível, sobredetermina a maneira como se impõe o que é real-racional e o que é ficcional. Ainda assim, resta a pergunta: o capital pode sobreviver a si mesmo e às suas próprias ficções? Retornamos ao tema da relação entre o capital e seu próprio limite: como pensar o carácter imanente dos limites do capital com relação ao mundo social, ou seja, como pensar os limites do capital sem fazer recurso à noção da sociedade como uma esfera que previamente garantiria a coerência e o contraponto ao movimento do capital?

Nesse sentido, a abordagem de Streeck constitui uma espécie de meio termo, uma vez que afirma que o capitalismo está chegando ao fim justamente devido a sua vitória definitiva¹⁴, mas, ao mesmo tempo, sustenta esse diagnóstico na noção de “sociedade minimamente estável”: o fim do capitalismo é, na análise de Streeck, sinônimo do fim da sua capacidade de produzir alguma estabilidade na dimensão da *integração sistêmica*. A resposta para como isso se mantém, por sua vez, apresenta novamente um papel central para a ficção: o mínimo de coerência e pseudo-estabilidade para esse período histórico é garantido pela *integração social* neoliberal, que opera produzindo uma falsa consciência nos indivíduos de modo que eles enquadram como positiva uma situação entrópica e anômica¹⁵.

Não abordaremos aqui os fundamentos analíticos de cunho histórico ou mesmo conjuntural levantados por Streeck. Aquilo que o autor denomina “fatores da desordem” (estagnação, redistribuição oligárquica, pilhagem do espaço público, corrupção e anarquia global) da atual ordem capitalista e o modo de ser desses fatores, a saber, a característica de que eles não operam como contrapesos uns aos outros, mas sim como uma bola de neve que agrava e reproduz as desordens em níveis mais agudos. Toda essa dimensão será considerada como analiticamente procedente e, por motivos de escopo, nela não nos deteremos¹⁶. Antes, abordaremos o modo como o autor, mesmo afirmando a situação histórica efetiva de caos e entropia no mundo social global, ainda assim, o faz preservando ontologicamente a realidade da sociedade como intrinsecamente consistente e coerente: não concebe com a devida perspectiva crítica a relação entre ficção-sociedade-capitalismo e, por conta disso, não dá o devido peso e o devido papel à sua dinâmica política.

Primeiramente, aponto para distinção, utilizada por Streeck, entre integração social e integração sistêmica (decorrente do clássico esquema conceitual de Lockwood)

14 Vale notar, como Streeck de certa forma deixa implícito, que essa hipótese é filha da hipótese de Polanyi: a diferença está no fato de que Streeck não trabalha diretamente com a noção de uma natureza da sociedade vinculada à tradição (ainda que encampe a hipótese de Polanyi de que o capitalismo inviabiliza a existência da sociedade), trabalhando mais diretamente com a noção de “sociedade minimamente instável” que está vinculada com a distinção entre integração social e integração sistêmica. A diferença também está na virada histórica em torno do duplo movimento de Polanyi: o movimento de reação da sociedade, que viabilizava a sobrevivência do próprio capitalismo, possuía bases contingentes, não tinha garantia à priori por motivos ontológicos tal qual pensava Polanyi.

15 Streeck (2012).

16 Idem.

como sendo chave nessa questão: como argumentado por Domingues¹⁷, a ideia de integração sistêmica pode facilmente escorregar para uma análise que compreende a dimensão macrossociológica ou institucional como “des-subjetivada” (reificando tais noções, tipicamente relacionadas à ideia de estrutura ou forma social, como existindo por si mesmas), quando deveríamos de fato compreender a integração social e sistêmica como processos interativos cuja causalidade opera no mesmo plano (o que Domingues denomina de *subjetividades coletivas*).

Ainda que não entenda que Wolfgang escorregue propriamente para esse equívoco (mesmo que seja patente, em grande parte de sua análise, a falta do papel ativo dos sujeitos), essa questão é chave em sua proposta: o capitalismo acaba chegando ao fim, virando um cadáver, mas esse fim é des-subjetivado em sua causalidade (é o fim ao nível da integração sistêmica, um fim definido em termos de um ponto ex-timo puramente institucional: o fim da “sociedade minimamente estável”). Por outro lado, como o autor resolve esse aparente paradoxo entre uma realidade cujos efeitos se fazem plenamente presentes e o fato de a sociedade, enquanto mundo dos sujeitos, continuar existindo enquanto tal? Entra em cena a presença da ficção que atua no outro lado da moeda, opera na integração social: a política do consumo e a ideologia neoliberal como um todo seriam o sintoma por excelência dessa fase histórica, garantindo uma pseudo-integração (integração através da desintegração) no mundo das subjetividades por construir a própria entropia e o caos como expressões de uma situação positiva (liberdade de escolha e de construção da própria vida, não-interferência do Estado na vida privada ou qualquer coisa do gênero).

A conclusão que apontamos não parte somente da ideia, que trabalhamos mais detidamente até aqui, de que não é possível compreender adequadamente a dinâmica capitalista e seus limites sem compreender o papel central das ficções. Afirma-se também que sem o devido reconhecimento do papel ativo (parcial) das subjetividades, e o fato de que esse papel não somente conforma e sustenta as formas sociais, mas também as torna incontornavelmente inconsistentes e incompletas, vinculadas diretamente à dinâmica política ativa desses sujeitos. Sem esse conjunto de afirmativas, concentradas no conceito de *antagonismo social*, não é possível a análise da dinâmica capitalista e seu vínculo com a ficção e a sociedade (pensada como *subjetividades coletivas*).

Retornemos, antes de mais nada, à memorável frase de Marx: “o limite do capital é o próprio capital”. Se inspirando em Polanyi, a análise de Streeck compreendeu essa frase no sentido de que o capital, deixado a sua própria lógica, logo encontra seu limite e sua inviabilidade. Não obstante toda a pertinência e riqueza trazida por esse argumento, ele permanece incontornavelmente refém de alguma noção de sociedade como externa ao próprio sentido instaurado pela dinâmica capitalista. Devemos olhar para uma outra possibilidade de interpretação dessa clássica afirmação de Marx trazida por Slavoj Žižek: o capitalismo, enquanto tal, *coincide com o seu limite*, ele é essa impossibilidade sempre latente, e por vezes descontrolada, de se fazer minimamente estável e viável, o que faz com que a mutação e a “revolução” seja uma marca irremediável dessa forma social. Sendo assim, é da maior importância a forma

17 Domingues (2004), Cap. II.

como esses dois autores utilizam a metáfora do cadáver para se referir ao capitalismo: Streeck afirma ser atualmente o capitalismo um cadáver estirado no chão, em processo de decomposição, sem ninguém para retirar o corpo e colocar algo no lugar. Zizek, por sua vez, afirma igualmente que o capitalismo é um cadáver em decomposição, mas que é justamente isso que o faz estar numa espécie de movimento imparável: o capitalismo, afirma Zizek, é justamente como um morto-vivo, que é vivo precisamente enquanto morto¹⁸.

Tudo isso para, finalmente, afirmar o seguinte: não há, ou ao menos assim me parece, limites ao capital em fatores puramente institucionais ou próprios da sociedade enquanto tal, por mais “satânicos” ou “instáveis” que seus efeitos possam ser, ou mesmo por mais patente e disruptiva que possa ser a realidade de que os fundamentos efetivamente necessários para sua reprodução estejam de fato caducando em determinado momento. O impulso para rearranjos institucionais e criação de novas possibilidades estará sempre presente (dentro de limites materiais e políticos, obviamente) enquanto for decisivo o papel da política (luta de classes/antagonismo social) e das ficções (fantasias) próprias da dinâmica capitalista que é construída pelo papel ativo das subjetividades nos diversos blocos históricos: a realidade é sempre incompleta e o possível e o impossível em grande parte dependem desse impulso ativo, mesmo que implícito, que somente existe a partir do imaginário e da política.

O limite do capital será definido como sempre foi definido o limite de qualquer forma social: será definido pela dinâmica, fundamentalmente política, entre fantasias e as correlações de força que se constroem a partir do impulso ativo das coletividades, impulso que é sempre elaborado a partir dessas construções imaginárias. O capitalismo, portanto, só encontrou e encontrará limite real a sua existência pela confrontação com fantasias e impulsos ativos, politicamente fortes o bastante para se fazer valer, que difiram dessa fantasia e desse impulso que atualmente definem o destino mundial: a saber, a fantasia do dinheiro, com todos os seus fetiches, e o impulso ativo que instaura a acumulação irrestrita de valor abstrato como o único objetivo real da vida social.

Bibliografia

- Castoriadis, Cornelius, 1982. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Domingues, José Maurício (1999) *Criatividade Social, Subjetividade Coletiva e Modernidade Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Domingues, José Maurício (2004) *Ensaio de Sociologia: teoria e pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Goffman, Erving (1975) *A Representação do EU na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Goffman, Erving (1983) The Interaction Order. *American Sociological Review*, v.48.
- Gramsci, Antonio (1976) *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, Antonio (1999) *Cadernos do Cárcere*, Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lacan, Jacques (1998) *Subversão do Sujeito e Dialética do Desejo no Inconsciente*

18 Zizek (1996).

- Freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal (1985) *Hegemony and socialist strategy*. Verso Books - USA.
- Marx, Karl (1998) *O Capital*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Polanyi, Karl (2012) *A Grande Transformação*. São Paulo: Edições 70.
- Streeck, Wolfgang (2016) *How Will Capitalism End?*. New York: Verso.
- Zizek, Slavoj (1992) *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Zizek, Slavoj (1996) O Espectro da Ideologia. In: *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Zizek, Slavoj (2008) *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo.

5. Crise na explicação sobre as crises da globalização e do capitalismo

Mariane Silva Reghim¹

O tema da disciplina Estudos Exemplares no ano de 2017 foi “Crises na Globalização”, mas, como pudemos notar no decorrer do semestre, para compreender as crises na globalização é fundamental entender os processos históricos, sociais, econômicos e políticos do surgimento, consolidação e crises do capitalismo. Sendo assim, tivemos contato com diferentes percepções acerca de causas e alternativas para lidar (ou não) com as crises do capitalismo e da globalização.

No que se refere especificamente ao capitalismo, passamos por Marx, Polanyi e Streeck. Os demais autores e autora trouxeram análises heterogêneas tematicamente, tais como Hopgood, sobre os direitos humanos e os Direitos Humanos, e Acemoglu e Robinson, sobre o estudo das nações. Arrisco dizer que Saskia Sassen e sua análise sobre o território, autoridade e direitos nos trouxe reflexões mais específicas sobre as transformações na globalização. Relativo ao presente trabalho, pretendo focar, a princípio, nas análises voltadas ao capitalismo e suas crises; em seguida, relacionar as crises do capitalismo com as reflexões acerca da globalização. Por fim, apresento uma crítica da Silvia Federici que, mesmo não constando na bibliografia do curso, dialoga diretamente com a análise sobre o capitalismo e globalização através de um enfoque feminista e pós colonial. Para tanto me aterei brevemente nos principais argumentos dos autores já mencionados e, em seguida, estabelecerei eixos de diálogos entre eles.

O Capital (1867), obra de maior fôlego de seu autor, Karl Marx, versa sobre a produção de mercadorias e suas relações desiguais no capitalismo. Para tal empreitada o autor analisa, a partir do ponto de vista histórico, materialista e dialético, suas características gerais, como os processos de surgimento da acumulação primitiva, sem deixar de apontar seus dados mais concretos e suas análises materiais. O olhar atento e perspicaz do autor, portanto, nos permite conhecer a história do surgimento e consolidação do capitalismo evidenciando seus aspectos mais violentos, uma vez que elabora sua análise a partir das condições materiais da transformação do povo em trabalhador e o modo como essa transformação está delimitada pela separação do resultado da força de trabalho de quem o produz e sua apropriação por quem o explora.

O autor busca na acumulação primitiva a gênese para o capital, sendo essa também sua consequência direta. Em larga escala, a maior exploração do trabalhador e, conseqüentemente, o aumento do mais valor apropriado pelos capitalistas

¹ Doutoranda em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ, pesquisadora do NETSAL e membro do coletivo feminista do IESP - Virgínia Leone Bicudo.

resultam no aumento do capital. A lei geral da acumulação no capitalismo gira em torno do que o capitalista será capaz de inventar para conseguir acumular a maior quantidade de capital explorando o trabalhador. Marx nos apresenta como os capitalistas são inventivos e como esse é um dos atrativos do capitalismo². São criados métodos de exploração que ultrapassam qualquer senso de humanidade e empatia pela vida de outrem. A descrição pormenorizada das condições sanitárias, habitacionais, alimentares e de saúde dos trabalhadores ingleses são de chocar e repensar toda a forma de consumo como concebemos hoje.

Acumulação para um lado implica, necessariamente, em miséria para o outro. O capitalismo continua operando de modo a retirar do trabalhador os seus meios de produção e criar cada vez mais maneiras que permitam ao capitalista acumular aquilo que ele rouba do trabalhador. Voltando ao tema da acumulação primitiva, vemos que essa surge, no contexto capitalista, principalmente dos empreendimentos coloniais. No entanto, a acumulação primitiva nem sempre esteve associada ao capitalismo, existindo também em um momento anterior, da separação dos frutos do trabalho de quem os produziu.

O capitalismo funciona, portanto, no nível das relações, que são, de maneira geral, desiguais e violentas, se olharmos nas perspectivas das classes antagônicas, e cujo o principal fim é produzir mais capital e mais valor excedente. Ao considerá-lo enquanto uma “máquina de moer gente” que não é um jogo de soma zero, o que se tem é que, ao produzir mais riqueza, o capitalismo produz também mais pobreza e miséria, uma vez que se baseia no trabalho que não é devidamente pago a quem o efetivou.

Karl Polanyi, filósofo húngaro, escreveu, em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, o livro *A grande transformação: as origens da nossa época*. O ponto do autor é sobre o surgimento, amadurecimento e desfalecimento do mercado auto-regulável e seu principal argumento diz respeito à grande transformação do Homem, da Terra e do Dinheiro em mercadorias fictícias, bem como os principais desdobramentos desse acontecimento. Para tanto Polanyi aprofunda na história desde as sociedades primitivas e suas formas de organização até o estabelecimento da economia de mercado, passando por momentos históricos fundamentais como a Revolução Industrial, a Lei Speenhamland e os principais germes do pensamento liberal. O autor, com maestria, desloca-se do estrutural para o específico/local e também articula ambos, matizando questões nacionais, regionais, globais, pessoais, de classe e humanas.

Seu viés é explicitamente institucionalista, pois sua análise é focada nas transformações institucionais e legais tanto no âmbito privado quanto no âmbito público e no seu entrelaçamento - vide as relações trabalhistas. No entanto em sua análise também constam elementos sociais e culturais que propiciaram tais mudanças e como esses são afetados por essas transformações.

De modo geral essa análise é conduzida, por um lado, através da constatação dos cem anos de paz, resultado de um equilíbrio de poder duradouro (até então)

² Acemoglu também evidencia, em um longo trecho de sua obra, a importância da inventividade como parte necessária do desenvolvimento de máquinas e tecnologias.

que conseguiu balancear os interesses políticos; por outro, o surgimento dos bancos (*haute finance*) e sua função de centralização e controle financeiro que foi capaz de influenciar diretamente nos cem anos de paz. Assim, a instituição que deveria existir exclusivamente para fins monetários/econômicos acaba adquirindo uma certa importância na dinâmica de equilíbrio de poder evidenciando a relação estreita entre poder econômico e poder político ancorados em interesses nacionais, internacionais e privados (dos banqueiros, personagens que também adquirem posição central).

Por fim, Polanyi denuncia um equívoco teórico e prático por parte dos liberais, acusando-os de fazerem uma leitura inverossímil tanto da história quanto do presente. Além disso, contesta as interpretações por eles apresentadas acerca da auto-regulação imperfeita, dos possíveis intervencionismos e da conspiração protecionista. Opondo liberais a socialistas e encontrando diagnósticos semelhantes no que tange ao papel das classes sociais na sua vertente menos econômica e mais social-cultural e remédios opostos acerca da priorização na disputa entre democracia popular e capitalismo, o autor defende, como ponto central de sua tese, o livre mercado como sendo responsável pelo avanço do arranjo econômico do século XIX, sendo que o próprio liberalismo capitalista será responsável pelo seu fim – como é também o argumento de Streeck. Ou seja, o cerne da destruição do sistema está naquilo que o criou.

Essa obra, necessária no seu tempo (e no nosso!) é fundamental para a compreensão do capitalismo, e serviu de base, assim como *O Capital*, para muitas obras elaboradas posteriormente. O livro *How Capitalism Will End?* (2016), escrito por Wolfgang Streeck, por exemplo, faz largo uso dessa linha de raciocínio para tempos históricos mais recentes. A grande diferença, acredito, diz respeito ao otimismo de Polanyi e o pessimismo de Streeck no que se refere ao que virá depois.

O livro é um compilado de artigos publicados em revistas acadêmicas entre os anos 2011 e 2015. Apesar de ter uma uniformidade e coerência argumentativa, não segue uma ordem cronológica/temporal e, muitas vezes, os mesmos argumentos aparecem em diversas partes do livro. A introdução, escrita especialmente para essa obra, apresenta uma ideia mais geral do que será encontrado pela frente, bem como os principais argumentos e alguns desdobramentos.

Em consonância com o título da obra, a questão que perpassa todo o pensamento do autor e que está presente, se não explícita, ao menos implicitamente, é quais são os principais motivos para o fim do capitalismo, bem como alguns apontamentos do que podemos esperar após seu fim. Apesar de utilizar a história como demarcação temporal e a política como adjetivo, na maioria das vezes sua análise parte de um núcleo duro econômico, no qual os demais arranjos sociais são reflexos dos feitos econômicos. Mesmo se resguardando quanto a essa crítica, sua análise tem como base teórico-metodológica Marx, no ponto de que a economia, enquanto estrutura, organiza a base e sustenta a sua superestrutura. Em diversas passagens podemos constatar essa linha argumentativa economicamente centrada baseada em leis do mercado e linguagem técnica dessa área

Assim como nas demais obras, o capitalismo aparece tal qual um sistema fadado ao fim, tendo a crise e o caos como seus constitutivos, bem como sua

capacidade de se renovar. O autor parte desse pressuposto e seu diferencial, segundo ele próprio, está na previsão de como o sistema irá se desmontar. À semelhança do moribundo, muitas apostas têm sido feitas na expectativa de acertar a data e a causa da morte do paciente terminal, mas às vezes o paciente parece se recuperar por motivos que são invisíveis aos olhos dos grandes analistas

Desde o acirramento tecnológico até o desgaste definitivo da natureza, muitas são as causas atribuídas ao seu fim. O autor, tendo a economia como sua principal base, busca entender, a partir da história econômica europeia e norte-americana, principalmente, quais foram os ciclos de crise do capitalismo e aponta que estamos vivendo não mais em uma etapa de crise, mas sim em seu *grand finale*.

Tendo em mente que o autor não se limita à economia, mas parte dela, o capitalismo não é compreendido apenas como um sistema econômico; parte-se de uma definição mais ampla: o capitalismo como um modo de viver, uma relação ou uma maneira de ordenação social. Sendo assim, a economia capitalista opera de maneira geral na vida social, bem como é influenciada por ela de maneira dialética. No plano prático/organizativo, a principal relação mútua apresentada pelo autor é a política, uma vez que a economia, aqui tida como sinônimo de mercado, está constantemente em tensão com a política, aqui tida como sinônimo de governo.

A atual crise do capitalismo, na qual estamos inseridas/os, possui três sintomas elementares: taxa de crescimento em declínio, aumento da desigualdade e aumento da dívida pública. Baseando-se em tabelas comparativas, o autor demonstra as tendências desses sintomas em países centrais e atribui a eles o motivo irreversível de retomar a algum ponto de sobrevivência do capital. Os três pontos, como podemos perceber, são diferentes matizes do acirramento da distribuição de riquezas socialmente produzidas entre a população mundial, bem como a primazia do setor financeiro em relação ao político. Dessa maneira, uma elite econômica, “coincidentalmente” elite do setor financeiro, opera de modo a manter seu status de elite a todo custo, mesmo quando esses envolvem a exploração total de recursos naturais e humanos ou quando colocam o jogo político de lado e gerenciam o mundo de acordo com seus interesses financeiros.

O que vemos é uma conjuntura de separação entre economia e política, na qual a economia, dominada por elites oligárquicas, tem assumido espaços e posições de poder tanto no nível macro como no nível micro, uma vez que o pacote neoliberal transfere os custos da crise para os cidadãos que ficam cada vez mais endividados, com cada vez menos direitos e passam a ser tratados, no âmbito da política, enquanto consumidores.

Relacionando as obras até então apresentadas, há algumas questões recorrentes que merecem atenção. Uma das características mais marcantes do capitalismo é a relação entre pobreza e riqueza. O argumento é simples: a maior produção de bens materiais, que pode significar um progresso econômico ou avanço tecnológico, é acompanhada dialeticamente da produção e acirramento da pobreza. A relação entre pauperização e progresso é inversamente proporcional, de modo que quanto mais riqueza o capitalismo produz mais aumenta a quantidade de pessoas

pobres, uma vez que a distribuição da riqueza é também desigual. Monopólio, competição, concentração de renda e pauperização são todas consequências diretas desse processo. Esse elemento aparece nas obras de maneira teórica, institucional e prática.

Além disso, no debate entre economia e política, a relação entre capitalismo e (neo) liberalismo é também aprofundada, uma vez que, como tem sido argumentado, parece quase impossível separar um do outro. Polanyi demonstra, de maneira explícita, como o capitalismo e o neoliberalismo, por um lado, e as elites econômicas e políticas, por outro, estão associadas e se associam sempre que necessário; enquanto Streeck, de maneira mais pragmática, mostra como ambos, devido a suas características intrínsecas, foram responsáveis pelo desgaste e declínio sem volta do capitalismo.

Ainda, o caráter global do capitalismo é o que incita pressupor que sua crise também é global. Se desde o seu surgimento os empreendimentos coloniais foram constitutivos para o descobrimento (e furto) de riquezas, a distribuição desigual internacional de riqueza, a divisão internacional do trabalho, bem como a política monetária internacional são fatores cruciais para a compreensão do alcance do sistema capitalista e sua capacidade em estruturar a vida das pessoas e os sistemas políticos nos mais distintos lugares. Dessa análise mais global e de relação interdependente entre as histórias e os sistemas econômicos e políticos é que se encaixa a contribuição de Saskia Sassen.

Territorio, autoridad y derechos: de los ensamblajes medievales a los globales, de 2006, trata da globalização de uma maneira mais ampla, envolvendo debates das áreas da história, geografia, economia e política, de modo que seu trabalho apresenta uma gama enriquecedora de detalhes e análises complexas relacionando, ao mesmo tempo, modos de pensar e analisar que são sócio-histórico-políticos-localizados. Desse modo, acredito, a organização do livro em três partes tem fundamental importância e diz muito sobre a autora e seu modo de pensar os processos sociais. Não pretendo aprofundar em cada temática, mas, para se ter uma visão panorâmica, descrevo aqui: na primeira parte ela junta o conjunto³ do nacional, buscando suas raízes na época medieval e apresentando os seus conceitos; na segunda parte ela desjunta o conjunto do nacional, apresenta seu ponto de inflexão analítico e se foca em exemplos e análises da modernidade. Na terceira parte ela junta novamente o conjunto, mas agora da era global e digital e aprofunda nas análises sobre a ordem contemporânea.

Partindo dessa visão panorâmica da obra da autora, percebemos uma tendência de análise que busca no fio condutor da história seus elementos de apoio para a elaboração sociológica de mudanças sociais - no seu caso, da globalização. Além disso, é possível identificar que em sua perspectiva analítica ela defende que os acontecimentos, em maior ou menor nível, possuem uma continuidade-descontínua, ou seja, os processos de formação e constituição, bem como os de

³ A palavra na tradução em espanhol é “*ensamblajes*”, mas devido à falta de palavra e conceito que a traduza literalmente, optei por usar “conjunto”, mesmo sabendo que pode não ser a melhor adaptação.

desconstituição ou profundas transformações, são fundamentais para a compreensão da configuração social atual.

A autora leu Marx, e mesmo não o referenciando diretamente em sua explicação metodológica, ousou dizer que há fortes evidências para acreditar que a autora segue o pensamento metodológico marxiano do materialismo histórico dialético que se baseia, em breves palavras, partindo de uma análise materialista, dialética (tese-antítese-síntese) e histórica; no caso, para Marx, a compreensão material da história da luta de classes enquanto causa e consequência da revolução socialista. Ainda que a autora não tenha esse (ou outro) fim determinado, seu ponto de análise se baseia na busca de elementos que perpassam a história, tais como o Estado, a legitimidade e o direito, buscando expor tanto suas transformações conjunturais histórico-espaciais, quanto suas permanências também histórico-espaciais.

Assim, a autora constrói seus problemas e seus argumentos numa “dialética tri-dimensional”. Os elementos por ela elencados desde o seu título perpassam sua obra adquirindo significados ou formatos que mesmo possuindo uma essência contínua, sofrem descontinuidades no decorrer do tempo, ou o contrário. E, ao mesmo tempo, ela se posiciona contra uma análise dicotômica dos acontecimentos, buscando evitar respostas simples e/ou facilmente legíveis, sempre buscando a compreensão apelando para uma análise mais complexa e matizada da história e dos seus *focus* de análise.

Seu ponto de partida e de chegada é a globalização. A autora quer entender a configuração da globalização por encarar esta como uma continuidade de processos iniciados em outras épocas. Ela busca lógicas organizativas sobre as quais pode identificar, para além dos aspectos formais, quais são as suas concepções, significados e relações mais significativos. Seu argumento geral é de que a globalização, enquanto micro processos desnacionalizadores, pode criar novos tipos de ordens globais e ainda assim reforçar o nacional. Para tanto, seus focos centrais de análise serão o território, a autoridade e os direitos e suas lógicas organizativas: a Idade Média, o Estado-nação e a era digital, ou seja, instâncias que permitem identificar as capacidades ao longo prazo e fazer uso de pontos de inflexão que sejam sintomáticos.

Para além do conjunto da obra e indo direto ao ponto, o capitalismo aparece como processo padronizado nos diferentes contextos devido ao incremento propiciado pelas máquinas que definem as relações sociais capitalistas. O caráter nacional e global, as relações entre público e privado e a interação com outros setores da sociedade, como a burguesia e a nobreza, vão sendo ressignificados conjunturalmente, de modo que o Estado e o mercado nacional adquirem status e centralidades que podem variar, mesmo inseridos numa mesma dinâmica. O direito é mobilizado principalmente pela burguesia, que se torna um sujeito jurídico, bem como a juridicização do trabalhador e de suas demandas.

As práticas locais com redes globais criam novos tipos de poder em novas espacialidades e temporalidades que podem ser analisadas através da cidade global e suas dinâmicas de mobilidade, imobilidade, hipermobilidade, entendendo-na como

uma rede global de centros financeiros, de ativistas globais e numa lógica de Estado-nação extra-nacional.

Para finalizar, a autora apresenta as mudanças históricas para além de uma visão dicotomizada a fim de entender os processos de globalização, desde seus tempos e características mais remotos, a baixa idade média, até as configurações geopolíticas atuais. As mudanças são explicadas como consequências de arranjos históricos de maneira geral, mas também estão vinculadas às histórias locais e a pontos de inflexão, sem cair no simplismo reducionista de que uma limitação territorial é necessariamente e exclusivamente local, e de que o global é a ausência dessa limitação. A autora pretende mostrar, a partir de situações intermediárias, como essas categorias se relacionam de maneiras diferenciadas.

O desmonte do Estado nacional, para a autora, pode ser compreendido, em termos históricos, desde a consolidação do capitalismo até 1980 e, depois disso, principalmente na década de 1990. O plano teórico que orienta sua análise nesse momento remete às novas geografias de poder, matizando diferentes relações entre interno e externo, bem como aprimorando as definições que se referem ao internacional. O ponto de inflexão por ela utilizado é o tratado de Bretton Woods e seu argumento é no sentido de que, ao serem relacionados território, autoridade e direitos, houve um deslocamento do focus de poder Estatal do executivo para o legislativo, bem como uma certa sobreposição do plano econômico sobre o Estado, o deslocamento e desnacionalização de componentes do domínio público, institucionalização da desregulação das operações transfronteiriças e principalmente a digitalização das relações com a internet. O mercado internacional, e depois global, passam a pautar as transformações e as disputas entre os atores que ocupam cada vez mais arenas diferenciadas.

Em sua geografia do poder, as mudanças relacionadas à distribuição do poder entre executivo/legislativo e a relação entre mercado e Estado estão muito afinadas, sem determinismo ou casuísmos simplórios que englobam aspectos organizativos e substantivos. Apesar disso, é óbvio que as mudanças estruturais e mais visíveis (quantificáveis) são mais facilmente perceptíveis e, portanto, sobrevalorizadas analiticamente, enquanto os mecanismos de continuidade/descontinuidade e os elementos mais singelos, mas não menos importantes, são fundamentais para a compreensão da consolidação do Estado e das relações contemporâneas de poder. Daí sua grande contribuição para a compreensão do Estado neoliberal e as crises da globalização.

Diferentemente dos autores que centram suas análises no capitalismo, a interpretação acerca da globalização feita pela autora é menos fatalista e mais analítica, principalmente por ir desvendando as alternativas encontradas historicamente e por entender as transformações e mudanças como constitutivas da própria história.

No que concerne à minha principal crítica em relação às obras aqui apresentadas é a invisibilidade das mulheres. Para além de criar um subtópico específico sobre a presença das mulheres em determinado momento histórico, as mulheres sempre estiveram presentes enquanto sujeitas, individuais e coletivas:

reagiram, lutaram e sucumbiram ao capitalismo ao lado (muitas vezes à frente!) de seus companheiros e devem ser consideradas como parte constitutiva das transformações até então apresentadas, não sendo mais suficiente apenas citar uma mulher ou outra apenas em algum acontecimento específico. Em termos analíticos, vou me focar nos principais argumentos desenvolvidos por Silvia Federici em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*.

A princípio, na tentativa de elaborar análises gerais e macro-estruturais/econômicas/políticas os autores consideram a existência de um “ser-universal”, não generificado⁴ de modo que as nuances em relação a ações e consequências sobre homens e mulheres não são consideradas. Apesar de uma ressalva ou outra, de modo geral as mulheres não são mencionadas nas obras e, quando são, é para algum apontamento específico. A questão aqui defendida é que as mulheres estiveram e estão presentes durante todos os processos históricos, sociais e econômicos por eles apresentados e não nascem junto com o *Segundo Sexo*, de Beauvoir.

Disso decorre a invisibilização das mulheres enquanto agentes coletivos de transformação e ação, principalmente no que concerne às principais reações em momentos de desmantelamento dos direitos dos trabalhadores, a diferença com que a transformação (da força de trabalho) do Homem e da Mulher em mercadorias afeta a elas e eles de maneiras distintas, bem como do apagamento de um dos maiores ataques misóginos históricos até então conhecidos, a caça às bruxas, e o impacto que esse teve na distribuição de terras com o fim das terras comunais e na configuração da acumulação primitiva e, adiante, no capitalismo.

A transformação da força de trabalho e do Homem em mercadoria só foi possível devido ao processo concomitante de domesticação e desvalorização da força de trabalho da mulher. Até então na propriedade comunitária a divisão entre público e privado tal a qual concebemos não se aplicava, de modo que com o surgimento dos cercamentos, com o processo de monetarização das relações e da transformação da força de trabalho em mercadoria, acontece também o confinamento da mulher dentro de casa, ficando responsável pelo trabalho doméstico sem remuneração. Ou seja, enquanto a força de trabalho masculina passa a ser mercadoria, o trabalho da mulher, fundamental para a sustentação do capitalismo, não é monetarizado. Marx aponta sobre esse fator brevemente, conceitualizando-os como trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. No entanto essa distinção apenas reitera o caráter secundário e precarizado do trabalho doméstico/feminino.

A não valorização monetária do trabalho da mulher/trabalho doméstico incide de maneira significativa na vida das mulheres, uma vez que elas/nós passam a depender do salário dos seus maridos e ficam reféns dessa relação para seu sustento. A inserção da mulher no mundo do trabalho valorizado ocorre a duras penas, com boicote tanto dos trabalhadores quanto dos patrões. Streeck, por exemplo, menciona, em consonância com um senso comum da época, que a entrada das mulheres no mercado de trabalho seria prejudicial para os trabalhadores e sua

4 Sujeito generificado, em termos breves, é aquele ou aquela a quem se atribui um gênero, usualmente dentro do modelo binário homem/mulher.

organização, sem se preocupar em entender de que modo o confinamento das mulheres no ambiente doméstico, por exemplo, foi muito mais prejudicial e impactante para a luta das/os trabalhadoras/es e para a vida das mulheres.

O dito trabalho reprodutivo é tão crucial para o desenvolvimento do capitalismo como o trabalho produtivo, uma vez que ele isenta os homens de se preocuparem com assuntos de seu interesse primário, tal como alimentação e vestuário e, além disso, desconsidera o principal diferencial da máquina humana: o fato de poder, ela própria, criar mais seres como ela. Esse fato é crucial pois explica o motivo de o corpo da mulher ser, desde sempre e ainda hoje, considerado como um “bem público”. Ou seja, o controle sobre o corpo das mulheres, principalmente no que se refere a sua capacidade em gerir/parir, esteve, em boa parte da história da modernidade, associado ao que se espera em termos demográficos e lucrativos. A autora demonstra que os direitos de contracepção e os direitos em relação ao aborto, por exemplo, estiveram diretamente relacionados a uma demanda de mais mão-de-obra, de modo que foi retirado das mulheres seu direito de escolha.

Outro elemento, até então não mencionado em nenhuma obra estudada na disciplina refere-se ao maior genocídio de gênero até então existente. A caça às bruxas, além de uma empreitada da igreja, teve o total apoio do Estado e tem suas raízes, principalmente, no domínio e controle dos corpos das mulheres. Estima-se que entre 1580 e 1630, no mesmo contexto das colonizações, do descobrimento do Novo Mundo, dos cercamentos, do tráfico de escravos, etc., muitas mulheres foram assassinadas através da fogueira, tendo como principal justificativa a bruxaria, que abarcava desde maldizer vizinhos e pessoas ricas até praticar ritos de cura, mas que não era nada mais que o ataque contra as mulheres camponesas e pobres que estavam se opondo ao sistema que então surgia. O recorte de classe fica evidente, bem como o fato de ter sido uma perseguição a um grupo organizado, diretamente afetado pelas mudanças decorrentes dos cercamentos e da nova configuração de trabalho e da transformação dessas mulheres, então guerreiras, em incubadoras dóceis e amáveis. Para além dos danos individuais sobre cada mulher violentada,

a caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social (FEDERICI, 2017, p. 294).

Podemos perceber que os impactos foram estruturais e estruturantes na constituição do capitalismo. Por fim, a autora faz um paralelo entre a caça às bruxas na Europa, enquanto um ataque principalmente de classe, e o empreendimento colonizador das Américas (principalmente a central) e o impacto da escravidão na África. Seu argumento é de que esses três fatos históricos estiveram relacionados globalmente, de modo que se pode pressupor uma certa relação entre eles. Além disso, a autora defende que, assim como a colonização foi fundamental para o

processo de acumulação primitiva de riquezas e de financiamento das grandes navegações que incidiram diretamente nas terras “conquistadas”, alterando em definitivo suas formas de organização de não capitalistas em capitalistas, atualmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com suas regras e exigências ao emprestar dinheiro para o desenvolvimento, têm operado de maneira similar em regiões nas quais ainda sobrevive a propriedade comunitária de terras, tal como na Nigéria na década de 1980.

Ainda que não seja possível esgotar o tema com apenas uma autora, penso que para entender o capitalismo na sua totalidade é necessário compreender desde os seus processos macro institucionais/econômicos e políticos, fartamente discutidos pelos primeiros autores, até a sua incidência nos corpos das mulheres, uma vez que estão diretamente relacionados. Além de visibilizarmos as mulheres enquanto agentes da história precisamos também ouvir e ler o que as mulheres têm produzido cientificamente sobre todas as áreas, inclusive sobre o capitalismo e a globalização.

Referências Bibliográficas

Acemoglu, Daron; Robinson, James A. (2012) *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. New York, Crown.

Federici, Silvia (2017) *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.

Hopgood, Stephen (2013) *The Endtimes of Human Rights*, Ithaca, Cornell University Press.

Marx, Karl (1867) *O Capital*. Boitempo. Caps. 1, 5, 10 e 23/24.

Polanyi, Karl (1944) *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Compus.

Sassen, Saskia (2010) *Territorio, autoridad y derechos: de los ensamblajes medievales a los globales*, Buenos Aires, Katz Editores.

Streeck, Wolfgang (2016) *How Capitalism Will End?*. New York, Verso.

6. Rumo à revitalização de uma afinidade eletiva¹

Klaus Dörre, Stephan Lessenich e Hartmut Rosa

Tradução por Raul Nunes

Somos todos socialistas agora.

Newsweek, 16 de fevereiro de 2009.

Para onde quer que você olhe nos últimos tempos a crítica do capitalismo de repente entrou na moda. Você poderia ficar com a impressão de que as críticas ao “sistema”, que por um bom tempo foram confinadas a grupos marginais (entre os quais círculos sociais como estudantes, sindicalistas e veteranos libertários) e atualmente parecem ter encontrado seu lugar (anti-)institucional no interior do movimento alterglobalização, conseguiram atingir agora o grande público. Seja na seção de resenhas de grandes jornais ou nos catálogos de prestigiosas editoras, dos discursos violentos de Heiner Geißler contra a globalização às declarações públicas constrangedoras de Josef Ackermann, nesse país, qualquer pessoa disposta a acompanhar a história está se distanciando do capitalismo. Ainda que essa condenação seja moralista, todo mundo sente-se obrigado a desassociar-se da disfunção e crise da mais recente fase neoliberal de desenvolvimento do capitalismo. A leitora desse livro pode acertadamente perguntar a si mesma no começo desse esforço intelectual: por que mais uma tirada contra o capitalismo? Por que mais um livro sobre o que é agora uma crise bastante óbvia? Nós realmente, agora que todo mundo está tendo sua chance sobre o gigante derrubado, também queremos entrar na briga?

Quando nós três nos juntamos no verão de 2007 para desenvolver uma posição científico-política sobre o capitalismo, sem dúvidas ainda “a força mais incontornável na nossa vida moderna”², não podíamos prever que isso estava prestes a fazer um retorno tão impactante ao centro da controvérsia pública. De fato, naquela época, a iminente crise do regime de acumulação financeiro dominado pelo mercado, que foi tão proeminente ao longo das últimas décadas, estava começando a se materializar. Mas a iniciativa de publicar esse livro teve outras razões mais profundas – razões que de maneira alguma tornaram-se redundantes pelo repentino aumento na crítica pública ao capitalismo. Porque, na nossa opinião, a sociologia, que foi prematuramente considerada por alguns observadores como a sortuda “aproveitadora da crise”³, até hoje falhou enquanto uma disciplina acadêmica provida dos equipamentos necessários para

1[Nota do tradutor para o português] Introdução do livro Dörre, Klaus; Lessenich, Stephan; Rosa, Hartmut (2015) *Sociology – capitalism – critique*. Traduzido por Jan-Peter Herrmann e Loren Balhorn. London, New York: Verso.

2 M. Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, 23rd print, London 2001, p. xxxi.

3 Cf. R. Hoppe, ‘Die Kriegsgewinnler’, in *Der Spiegel* 42, Hamburg 2008, p. 75.

tratar as recentes transformações da sociedade capitalista claramente propensas a crises de uma maneira que cumpre os padrões de um auto-entendimento crítico-progressivo.

Isso é decorrente primariamente do fato de que tal auto-entendimento da disciplina – isso é verdade pelo menos para a Alemanha e o mundo germanófono – foi completamente marginal no passado recente. Ultimamente, apenas uma pequena minoria de sociólogos tem mantido a perspectiva de que a sociologia, enquanto uma ciência da sociedade, deve sempre conter uma análise crítica das relações sociais de seu tempo e de que a estrutura capitalista de sua própria sociedade deve ser colocada no centro do palco, como o ponto de partida analítico. O triunfo pós-comunista do liberalismo de mercado que dominou as últimas duas décadas foi também, especialmente nas ciências sociais acadêmicas, acompanhado por uma continuada “exaustão de energias utópicas”⁴, uma negação essencial para se pensar sobre (ou em termos de) alternativas sociais ao capitalismo. Nesse contexto, a sociologia convencional transformou-se em um acessório científico (às vezes mais, mas geralmente menos crítico) para uma era em que a flagrante e explícita sujeição ao mercado tornou-se hegemônica em praticamente todas as esferas da vida. Uma agenda política que consiste em habilitar, ou antes educar, as pessoas em relação ao *Marktlichkeit*⁵ crescentemente tornou-se um sinal inquestionado e convincente da “modernidade”.

Falar do “capitalismo”, um termo que foi publicamente proscrito na Alemanha Ocidental pós-guerra, de fato tornou-se analiticamente aceitável de novo nas ciências sociais locais depois de ter emergido vitorioso na “rivalidade de sistemas” entre o Ocidente e o Oriente – isto é, contanto que fosse utilizado para diferenciar entre vários regimes institucionais de relações econômicas (de mercado) nas sociedades de industrialização tardia. Mas mesmo esses debates (nesse país) sobre contemporâneas “variedades de capitalismo”⁶ foram geralmente marcados por uma tendência a louvar a renana, coordenada socialmente, em vez da variante liberal-competitiva americana. E logo que a ciência social germanófona atingiu um pouquinho de reconhecimento público, ela disparou decisivamente para o elogio da “economia social de mercado”, o que supostamente – se propriamente entendido – não é, de todo modo, nem uma forma verdadeira de capitalismo. Ela conformou-se, assim, a uma formação discursiva específica⁷, permeada pelos corpos de conhecimento e interpretações da economia acadêmica, no quadro no qual economistas profissionais ganharam prerrogativa intelectual na interpretação da realidade social. Mesmo face à iminente crise dos mercados financeiros em junho de 2008, a ordem econômica e social muitas vezes referida como “economia social de mercado” conseguiu, em seu sexagésimo ano,

4 Cf. J. Habermas, ‘The New Obscurity: The Crisis of the Welfare State and the Exhaustion of Utopian Energies’ (trans. P. Jacobs), *Philosophy and Social Criticism* 11(2), 1986, pp. 1–18 [orig. ‘Die Krise des Wohlfahrtsstaats und die Erschöpfung utopischer Energien’, in J. Habermas, *Die neue Unübersichtlichkeit*, Frankfurt 1985, pp. 141–63].

5 Cf. F. Nullmeier, ‘Vermarktlichung des Sozialstaats’, in *WSI-Mitteilungen* 57 (9) 2004, pp. 495–500. [Nota do tradutor para o alemão] *Marktlichkeit* é um termo mais amplo abarcando comportamento e atitudes alinhados com as demandas do mercado para o qual não há equivalente adequado no inglês.

6 Cf. P. A. Hall, D. Soskice (ed.), *Varieties of Capitalism*, Oxford 2001.

7 Cf. M. Nonhoff, *Politischer Diskurs und Hegemonie*, Bielefeld 2006; L. Gertenbach, *Die Kultivierung des Marktes*. Berlin, 2007.

vender-se como a história de sucesso definitiva da organização social. No que veio a ser conhecido como o Manifesto de Jena⁸, propagandistas da diretriz regulatória neoliberal da política, dos negócios e da academia celebraram a economia social de mercado como a única garantia viável de uma vida próspera e livre, sem alternativa. Eles lamentaram a ameaça em curso apresentada por um Estado intervencionista hipertrofiado que age de modo paternalista sobre seus cidadãos, paralisa sua iniciativa econômica e sufoca suas aspirações por liberdade, e que precisaria ser dominado por uma igualmente interminável “renovação” social.

O fato de que o capitalismo, tão desregulado quanto possível (embora supostamente moderado pela ética cristã), estava sendo celebrado na porta de nossa casa com tanta pompa e circunstância (um investimento massivo de recursos públicos, um orgulho escancarado que nos desarmava e um energia contrafactual beirando a negação da realidade) como o portador exclusivo de tudo o que é eternamente verdadeiro, bom e bonito pode ter fornecido a motivação final para nossa iniciativa. Entretanto, nossa aspiração compartilhada de articular essa posição pública começou a se desenvolver anteriormente. O quadro institucional havia sido estabelecido já no inverno de 2004 como o resultado da reconstituição historicamente contingente da sociologia em Jena como um lugar de análise crítica da sociedade contemporânea.

Então qual é o ponto de partida comum para nossas reflexões, o núcleo compartilhado de nossos empreendimentos? Nós todos partilhamos da convicção de que um grande ato de “renovação” de fato está no horizonte, um esforço científico coletivo com o qual desejamos contribuir com esse livro: o retorno da crítica à sociologia. Nós localizamos nosso objetivo de reviver um impulso crítico na sociologia acadêmica na tradição da *teoria crítica* – uma tradição que tira muita de sua inspiração da teoria marxista, que vê a crítica como uma das tarefas principais da sociologia e que concebe a emancipação da dominação injustificada, ou antes de constrangimentos sistêmicos socialmente criados embora socialmente incontroláveis, como o parâmetro para essa crítica. Nosso impulso crítico se baseia na visão de que na sociedade “moderna” - incluindo na sua presente formação “moderna tardia” - diagnósticos sociológicos da sociedade e da crítica social devem, antes de mais nada, mirar o capitalismo como uma forma de acumulação privada de lucro e as condições e consequências sociais que ele engendra. Isso se relaciona intimamente com a nossa convicção compartilhada de que a teoria crítica da sociedade (capitalista) deve estar sistematicamente ligada a um diagnóstico sociológico dos tempos empiricamente fundamentado. Além disso, nós concordamos que o que é necessário para uma revitalização bem-sucedida da sociologia como espaço de crítica social é uma fusão de várias linhas de tradição e desenvolvimento de teoria crítica – tais quais as abordagens (neo)materialistas e pós-estruturalistas – de um jeito que reconheça as diferenças, mas ao mesmo tempo orientado para a reconciliação e síntese. Usando esta abordagem, questões de exploração econômica e desigualdade social apresentam-se tão proeminentemente quanto os modos de subjetivação e práticas de formação da cultura.

8 Cf. ‘The Jena Manifesto for the Renewal of the Social Market Economy’, at http://www.jenaerallianz.de/fileadmin/marktwirtschaft/downloads/Jena_Manifesto__ket_Economy.pdf.

É nesse sentido de uma sociologia crítica do capitalismo contemporâneo que nossas três contribuições introdutórias ao presente volume devem ser entendidas. Nelas, nós diagnosticamos uma dinâmica tripla da transformação histórico-cultural da formação social capitalista, que nós buscamos conceitualizar utilizando as categorias processuais de *Landnahme*⁹, aceleração (*Beschleunigung*), e ativação (*Aktivierung*). A fundação desse livro está baseada, primeiramente, sobre a suposição de que nenhuma das três abordagens escondidas embaixo desses rótulos – por mais válidas que elas possam ser em e de si mesmas – são capazes de abranger e capturar a realidade condenável do capitalismo contemporâneo em sua inteira complexidade.

Além disso, queremos mostrar que a crítica e recapitulação recíprocas de nossas teses e teoremas trazidos neste volume representam uma maneira não apenas de demonstrar sua forças e fraquezas individuais, mas também – no sentido do princípio discursivo do desenvolvimento dialógico de conhecimento¹⁰ – sua complementaridade produtiva no que diz respeito à análise e crítica sociológica do modo capitalista de socialização¹¹ do nosso tempo. Não estamos sugerindo, é claro, que a fusão das três abordagens desenvolvidas aqui pode sozinha fornecer uma análise global da formação social do presente: porque nada poderia ser mais presunçoso e distante de nossas reflexões. Todavia, nós temos a convicção de que a possibilidade de renovação da sociologia num espírito de crítica social se encontra exclusivamente num complementação e cooperação científico-colegial. No caminho para esse livro nós aprendemos a importante lição de que o respeito mútuo pela perspectiva uns dos outros elevou de modo significativo nossa sensibilidade para aqueles aspectos que cada um de nós havia anteriormente negligenciado.

O que une os processos de *Landnahme*, aceleração e ativação é sua reflexão da propensão intrínseca à crise da socialização capitalista. Em suas crises – incluindo a atual, impulsionada pelo mercado financeiro, que pode vir a ser a mais severa desde a Grande Depressão – o capitalismo revela seu potencial para destruição social de novo e de novo, de outro modo sistematicamente suprimido ou marginalizado. Até mesmo a suposta – isto é, se você acredita em seus apologistas – eficiência econômica sem paralelos do capitalismo tardio, afluyente e descartável, pode ser acertadamente posta em dúvida. Mas o que não pode ser ignorado são as ineficiências sociais daquela formação social que queremos ilustrar em sua atual fase de desenvolvimento. As feridas, os deslocamentos e as depredações sociais que essa formação social constantemente produz só podem ser ignoradas caso se renuncie aos padrões éticos que a própria

9 [NTA] Literalmente traduzido, *Landnahme* significa roubo de terras, apropriação de terras ou ganho territorial. Refere-se à expansão interna e também externa do capitalismo. O conceito de *Landnahme* defende que no longo prazo as sociedades capitalistas não podem se reproduzir em suas fundações. Para reproduzir a si mesmas, elas continuamente têm que ocupar e mercantilizar (*commodify*) um “outro” não-capitalista (ou seja, regiões, meios, grupos, atividades) numa, por assim dizer, repetição incessante do ato da acumulação primitiva. Devido à dificuldade em achar uma tradução exata conclusiva, o termo *Landnahme* será utilizado ao longo do texto.

10 Cf. P. Zima, *Ideologie und Theorie*, Tübingen 1989; U. Kalbitzer, *Wissenschaftliche Politikberatung als wirtschaftspolitischer Diskurs*, Marburg 2006.

11 [NTA] O termo “socialização” (*Vergesellschaftung*) deve ser entendido no sentido weberiano; isto é, como o processo de integração de indivíduos na sociedade como um todo e de transformação de atividades individuais em relações sociais.

“sociedade burguesa” se colocou em suas revoluções políticas. No sentido dos padrões normativos de crítica do Iluminismo – liberdade, igualdade e fraternidade – nossas análises aqui podem ser melhor entendidas como o auto-rebaixamento, o auto-desempoderamento e a auto-destruição forjados pela sociedade sob o capitalismo. Ao mesmo tempo, outra meta é afinar o entendimento sobre a situação e o contexto histórico desses padrões de medida, de seu enraizamento ideacional e material numa formação social. A superação desses padrões, desse enraizamento, está e deve sempre estar no cerne de qualquer crítica séria do capitalismo.

À luz do atual renascimento da crítica do capitalismo – aquela (para o bem ou para o mal) velha “questão do sistema” - esse é o ponto mesmo em que os caminhos dos críticos começam a se separar. Nós posicionamos a necessidade de superação do sistema capitalista como o ponto de partida de nossa crítica, ainda que possamos não concordar em como esse objetivo deve ser alcançado, ou com o que se pareceria um caminho em direção a esse objetivo. Isso não quer dizer que nós, como *cientistas sociais*, atribuímos a nós mesmos a tarefa de propagar alternativas utópicas concretas para a formação social dominante. Contudo, juntos buscamos desenvolver, através de engajamento crítico mútuo com nossas respectivas abordagens, padrões de medição analíticos diagnosticamente confiáveis (e portanto potencialmente politicamente viáveis) para a crítica do capitalismo. Da nossa posição em favor de uma sociologia crítica nós vamos portanto além de uma “sociologia da crítica”¹² que simplesmente reflete sobre o ato da crítica. Em particular, almejamos nos distanciar daquelas variedades banais de crítica do capitalismo e seus representantes que se exaurem em polêmicas contra atores individuais dentro do sistema (recentemente esses tendem ser os “gerentes”); ou que consideram que uma atitude crítica diluída é uma concessão temporária para o espírito do tempo (*Zeitgeist*) necessário para melhorar suas carreiras. Nenhuma dessas variantes tem à sua frente um futuro cor-de-rosa (nem deveria ter), pois ambas viriam abaixo sem se queixar se defrontadas com uma revitalização do paradigma neoliberal – um prospecto que não pode ser descartado, a despeito das recentes manifestações de crise. Apenas brevemente pareceu que os propagandistas do mercado das duas décadas passadas haviam sofrido um forte golpe e estavam na verdade se retirando de cena – assim como foi apenas brevemente que alguém poderia cair na ilusão de que o neoliberalismo abdicaria, de que, certamente, a primazia da economia seria jogada na lata de lixo da história. Enquanto isso, os soldados do livre mercado começaram a se reunir e reagrupar: seja em convenções de discurso – de que o neoliberalismo, em sua boa e velha aparência alemã *ordoliberal*, sempre demandou um Estado regulador forte (de acordo com o então presidente alemão: “Os alemães podem fazer uma grande contribuição para lidar com a crise”¹³) - ou na tentativa discursiva de retratar a última crise simplesmente como mais um capítulo na história de fracasso do Estado.

12 Cf. L. Boltanski Thévenot, ‘On Justification: Economies of Worth’. Princeton Studies in Cultural Sociology, Princeton University Press, 2006.

13 Isso é o que Horst Köhler disse em seu “discurso da crise” em 24 de março de 2009: H. Köhler, ‘The credibility of freedom’, 2009, at http://www.bundespraesident.de/SharedDocs/Reden/EN/HorstKoehler/Reden/2009/03/20090324_Rede.html

Como, então, deve uma crítica sociológica do capitalismo ser constituída se quiser representar uma aspiração radical que dure para além do momento presente? Em nossa visão ela deve conter as três características seguintes: deve ser clara, complexa e coletiva. O que queremos dizer com isso? A sociologia política recente tem apresentado o capitalismo como um sistema com o aparente poder inesgotável para absorver as energias das alternativas sociais¹⁴; a única coisa na qual esse sistema é incomparavelmente eficiente (nesse aspecto) é que ele não aceita nenhuma alternativa real ou ideal do sistema que coexista no longo prazo. Nem nós podemos, como cientistas conscientes politicamente dentro do espaço acadêmico do capitalismo realmente existente, simplesmente evitar e escapar das dinâmicas sistêmicas de incorporação e as práticas institucionais de cooptação de nosso tempo. Segue-se que, para que não permaneça inaudito e soe como chiado, a crítica sociológica do capitalismo do futuro (quer dizer, a crítica sociológica do capitalismo *com um futuro*) deve operar usando termos claros tanto em substância analítica quanto em conteúdo crítico. Esses termos devem permitir a compreensão do mundo da socialização capitalista em toda sua complexidade, e devem ser publicados e popularizados num esforço coletivo científico-político. Idealmente, tais termos estão então disponíveis – para além do campo científico – para as práticas sociais de politização, o que, por sua vez, visa expandir o horizonte de potenciais configurações sociais – e assim apontar o caminho em direção a uma prática alternativa de socialização.

Para uma ciência da sociedade, ainda que mediada e em qualquer tipo de via sinuosa, pôr-se em relação com tais práticas e dinâmicas, a parte “crítica” de sua aspiração não pode ser somente um rótulo. Uma sociologia crítica também tem limitações intelectuais e materiais, individuais e institucionais. A crítica que apresentamos é a crítica do incorporado: uma crítica do capitalismo por três professores *landgenomme, beschleunigte* (acelerados) e *aktivierte* (ativados). Há o perigo de que uma crítica tal possa refletir apenas o pessoal; isto é, pode cultivar um gesto puramente pessoal de consternação. Esse perigo não pode ser tratado apenas através da auto-reflexão individual; ele deve ser contraposto pela crítica colegial e pela supervisão profissional; primeiro no círculo menor da instituição acadêmica nativa e depois dentro do círculo mais amplo da comunidade científica. A sociologia de Jena – tendo em mente os parâmetros de hoje da ciência crítica – fornece as melhores condições institucionais e pessoais, intelectuais e sociais para tentar, primeiramente, (re)posicionar nossa própria disciplina em casa como produtoras de crítica social e, em segundo lugar, para usar essa dinâmica para buscar conexões com atividades correspondentes em outros espaços da vida acadêmica. Desse ponto em diante, uma renovada sociologia crítica será e terá que ser sobre procurar a luz do mundo fora da academia: aquela da mídia e da vida cotidiana. Porque é aí, e somente aí, que será feita a determinação final sobre se a sociologia e a crítica do capitalismo encontrarão uma via comum uma vez mais – e se a sociedade perceberá isso.

14 Cf. T. Künkler, ‘Produktivkraft Kritik: Die Subsumtion der Subversion im neuen Kapitalismus’, in R. Eickelpasch, C. Rademacher, P. R. Lobato (ed.), *Metamorphosen des Kapitalismus – und seiner Kritik*, Wiesbaden 2008, pp. 29 47; S. van Dyk, ‘Abweichung als Norm – Widerstand als Ressource?’, Jena 2009 (ms.).

PARTE III

7. Sociologias das crises políticas: um apanhado das abordagens

Felipe Macedo¹

Marília Closs²

Raul Nunes³

Victor Pimenta Bueno⁴

Introdução

Desde o colapso financeiro de 2008, gestado nos Estados Unidos e espalhado em efeito cascata devido à globalização da economia, multiplicaram-se situações de tensão e indeterminação que são comumente tratadas por “crise”. Tal termo é utilizado em múltiplos sentidos para abordar casos e objetos muito distintos. Associa-se a “crise” cenários de tensão política nacional (como as crises da Grécia, de Portugal, da Venezuela, do Brasil e outros tantos exemplos recentes), entraves à produção e ao crescimento capitalista (crises econômicas), impasses institucionais, entre outros. A polissemia e a multiplicidade das aplicações do conceito por vezes dificulta a compreensão dos sentidos que lhe são atribuídos para tratar de fenômenos sociais específicos. Como este dossiê lida diretamente com questões de crise(s), julgamos ser proveitosa esta análise introdutória que busca mapear, comparar e contrastar diferentes abordagens das ciências sociais que recorrem ao conceito para tratar de temáticas políticas. Nosso objetivo, portanto, é apresentar ao leitor parâmetros que permitam situar as divergências e convergências semânticas encontradas na literatura segundo critérios que serão estabelecidos na sequência.

Os usos corriqueiros do termo remetem, geralmente, a algum(uns) destes aspectos: um momento decisivo em que se deve optar por alternativas com implicações graves; o desequilíbrio de alguma regularidade normativamente definida; a ineficiência de um grupo e/ou instituição em cumprir e manter suas funções e obrigações em relação a outros grupos, instituições ou indivíduos; uma situação grave ou difícil que, no geral, demanda uma solução. Uma revisão bibliográfica ou história de tal conceito ultrapassa em muito os objetivos deste artigo, que se restringe à apresentação de algumas aplicações voltadas para a compreensão de fenômenos políticos. Aqui, nos limitaremos a identificar usos históricos da categoria ou ideia de crise atentando para a eminente imbricação política dos agentes envolvidos, visto que, como ponto de partida, consideramos que os discursos acerca da definição da crise fazem parte de sua própria emergência histórica. É certo que toda relação social apresenta uma dimensão discursiva inerente, entendida como interpretações, símbolos, visões de mundo, estruturas

1 Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisador do NETSAL.

2 Mestranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL.

3 Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisador do NETSAL.

4 Mestrando em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisador do NETSAL.

argumentativas e outros elementos que remetem a aspectos subjetivos e intersubjetivos. No entanto, nestes momentos de tensão social aparente, em que interesses e pressões de diferentes grupos apresentam-se como conflitivos, ou sistemas e instituições mostram-se inefetivos quanto aos seus resultados esperados, produções discursivas específicas, voltadas para diagnósticos e prognósticos da situação, surgem “organicamente” de intelectuais de diversas vinculações.

Para contrastar os usos e sentidos empregados pelos autores e autora que trataremos na sequência, seguiremos uma metodologia que apresenta quatro dimensões de análise das abordagens conceituais da “crise”: (1) a tipificação do objeto da crise (o que está em crise); (2) a escala sociomaterial da crise (amplitude de seus efeitos e abrangência de indivíduos, grupos e sistemas sociais); (3) o entendimento quanto à emergência histórica da crise (como se desenrola a crise no tempo-espaço); e (4) o engajamento histórico dos críticos nas conjunturas específicas analisadas (contextualização).

Semanticamente, a “crise” supõe um complemento em forma de objeto, a definição de “o que está em crise”. Nas ciências sociais, grosso modo, as crises se referem a algum objeto sociológico específico (indivíduos, grupos, instituições, sistemas, Estados, humanidade, processos, estruturas, identidades, valores, etc.) e são adjetivadas eventualmente para qualificá-las conforme os modos de relações que abrangem (sistêmica, econômica, política, psicológica, social, institucional, estrutural, etc.). Desta forma, a definição inicial da crise já indica os principais aspectos identificados por quem a analisa, conforme a metodologia apresentada: os objetos sociológicos sugerem sobretudo a abrangência (ponto 2), enquanto os complementos adjetivos indicam as formas históricas da crise analisada (ponto 3). Contudo, esta dimensão atenta sobretudo à definição do objeto, o que está diretamente associado a condições conjunturais e situacionais e ao engajamento intelectual e/ou político dos agentes (ponto 4). Esta dimensão, portanto, busca identificar a qualificação mais geral da crise por parte de seus críticos, enquanto nas outras aprofundam-se aspectos mais específicos.

A escala é precisamente a amplitude das relações sociais implicadas na crise constatada, em caráter temporal, espacial e populacional. É certo que trata-se sempre de um recorte empírico por parte de quem analisa, uma forma de interpretar certa realidade – o que não invalida a objetividade de demarcar a abrangência da crise. Especifiquemos: atualmente, é muito comum tratar de crise em termos “globais”, sobretudo em abordagens que associam a crise corrente a um “momento decisivo” do capitalismo, em que tal sistema deverá ter seus efeitos negativos remediados para seguir expandindo-se, terá uma crise “terminal”, irreversível, que desarticulará suas bases históricas. Por outro lado, diversos autores latino-americanos na década de 1960 lidaram com questões de “crise política”, “crise da democracia” e “crises econômicas” tendo como objeto e espaço de ação os Estados-nação (escala nacional). Cabe mencionar que a escala de abrangência pode atingir instituições, grupos e estruturas que não necessariamente estavam imbricados na deflagração da crise, mas estão atrelados a estes por relações e interações múltiplas. Por exemplo, o que se define como a crise financeira de 2008 teve

desdobramentos que vão muito além do próprio sistema financeiro internacional, pois este está conectado e interligado a vários outros sistemas.

Identificados os principais conceitos, a análise segue para a interpretação do desenrolar histórico da crise. Da classificação mais simples, a crise enquanto momento de instabilidade, tensão e indeterminação pode gerar um “conserto” do que está causando a crise, ou, por outro lado, a superação das formas de relação que estão em crise, passando a outro modo de organização societária. De modo amplo, esta dimensão identifica os embasamentos teóricos, elementos conceituais e lógicas argumentativas a que os críticos recorrem para dar coerência e causalidade aos eventos que analisam. Para exemplificar com um estudo que será retomado mais à frente, Marx utiliza conceitos que remetem às classes, ao capitalismo, ações e cálculos políticos dos agentes, entre outros, que indicam uma crise da capacidade dos agentes do Estado de garantir a ordem social e institucional no território francês.

Por último, cabe destacar a necessária contextualização dos agentes que analisam determinada crise, atentando para a relação entre seus diagnósticos, objetivos e prescrições. Tomando a ideia de Koselleck, acerca dos estudos de “Crítica e crise” (1999 [1973]), as críticas de agentes a determinada organização societária e à crise que nesta emerge são elementos articulados, o que, em outras palavras, indica que os discursos produzidos acerca de uma situação social caracterizada como “crise” fazem parte desta própria situação, influenciando no curso histórico do próprio objeto tratado. Desse modo, ressalta-se a importância de estar atento à relação imediata dos “observadores-agentes” da crise com a conjuntura política analisada, bem como seus interesses, condições de produção de conhecimento e orientações teóricas e políticas, retomando o aspecto citado anteriormente da causalidade histórica das próprias análises na emergência de uma crise.

A partir dessas dimensões destacadas, apresentaremos autores e autora que analisaram situações de crise em diferentes temporalidades e que, por suas especificidades, correspondem a distintas formações geopolíticas e, conseqüentemente, a distintas relações de poder intra e interestatais. O primeiro período histórico analisado remete à formação dos Estados-nação modernos, em que pesam, sobretudo, disputas entre aristocracia, burguesia, camponeses e assalariados. O segundo corresponde ao início do século XX, momento de disputas entre as nações europeias imperialistas e os desdobramentos de suas tensões internas. Nestes dois primeiros blocos, o espaço das crises analisadas é primordialmente a Europa e sua ascendente posição geopolítica central, que no terceiro período histórico, após a Segunda Guerra Mundial, é deslocado para os Estados Unidos. A centralidade das abordagens de crises deste período gira em torno da crescente transnacionalização do capitalismo, das disputas políticas da Guerra Fria, das tensões externas e internas dos países ditos “subdesenvolvidos” e suas tensas e assimétricas relações com os “desenvolvidos”. Os autores deste período aqui abordados trataram de “crises” justamente nos países subdesenvolvidos, sendo todos, com exceção de Huntington, latino-americanos debruçados sobre os impasses de sua própria região. O último - e mais recente - remete ao mundo “pós-Guerra Fria”, em que pesa o recrudescimento do neoliberalismo identificado ao Consenso de Washington e os atritos decorrentes de contradições entre o arranjo econômico globalizado e a garantia de

regimes democráticos de direito, que acompanham o crescimento do debate sobre crise a partir da diferenciação de sistemas/setores da sociedade.

Olhares sobre a crise

O século XIX foi um período de transformações radicais caracterizadas amplamente pela consolidação das classes burguesas europeias em plena expansão da revolução industrial, fomentando a formação de Estados-nacionais de múltiplas formas com as autoridades do “antigo regime” (nobreza e clero). Os casos da Inglaterra e da França são paradigmáticos pelos impactos históricos gerados e pela posição geopolítica que projetaram ao longo deste século. Apresentaremos dois autores “clássicos” e contemporâneos dos processos políticos que analisam, a partir de suas interpretações de situações de tensão política, o caso francês em dois momentos distintos.

Em sua obra “O Antigo Regime e a Revolução”, Alexis de Tocqueville (1997 [1856]) tem como objeto de análise a sociedade francesa frente à revolução de 1789. Ao explicar quais foram as causas da Revolução Francesa, Tocqueville descreve a situação de crise que percebe no país; ou seja, sua ênfase se dá, evidentemente, no contexto social e político francês do final do século XVIII. No entanto, um exame mais atento da obra do autor nos sugere que Tocqueville insere a crise da sociedade francesa na transição do antigo para o moderno; ou seja, a crise francesa é um microcosmo da crise social de transição de um modelo para outro, já que a revolução, para o autor, é uma crise histórica.

Tocqueville identifica haver, no período anterior à revolução, um descompasso entre a ordem social e a ordem política na França. Enquanto à nobreza cabia a posição de grandes privilégios e pouca relevância econômica, à crescente burguesia faltava status, mas correspondia grande parte do dinamismo econômico. Com isso, mantinha-se uma ordem na qual havia a separação entre os grupos privilegiados do passado, que tinham perdido sua função histórica, mas conservavam seus privilégios, e os grupos da “nova sociedade”, em um contexto de profunda desigualdade em termos de direitos políticos. Assim, o autor insere a crise em uma lógica de longo prazo, em um processo histórico de ruptura. Frente ao descompasso entre a ordem social e as classes econômicas, a ausência de liberdade política de uma classe que já dominava economicamente o país fez eclodir a revolução. Tocqueville identifica, portanto, a Revolução Francesa como uma revolução/crise eminentemente política. Havia uma desarmonia entre a ordem institucional e a vida social e econômica na França, e caberia à revolução modernizá-las.

A conjuntura política conturbada quase meio século depois tinha ligações explícitas com os eventos da Revolução, como a ampliação do poder e inserção estatal das burguesias e, mesmo que em proporção reduzida, da participação de classes subalternas nos eventos políticos, mas também a permanência do poder político das aristocracias em múltiplas relações estabelecidas com a alta burguesia, sobretudo. Por fim, um descendente do grande estadista francês que emerge da Revolução torna-se figura política fundamental até assumir o poder num golpe de Estado. Apesar de analisar uma situação conjuntural, é certo que Marx pensava a crise deflagrada em 1848 como

um desdobramento concreto de uma transição revolucionária na estrutura de classes, correspondente ao modo de produção capitalista.

Utilizado recorrentemente, o conceito de crise não é propriamente trabalhado por Karl Marx em sua análise do golpe de “18 de Brumário de Luís Bonaparte” (2015 [1852]). No entanto, é possível distinguir dois usos principais: quando cita “crises revolucionárias”, Marx refere-se a desenvolvimentos históricos de modos de produção, com seus conflitos decorrentes da dissolução do modo anterior e da ascensão de uma nova classe dominante. Há também o uso mais restrito, que indica um impasse ou tensão em algum setor social ou instituição, por exemplo: “crise ministerial”, “crise industrial”, “crise comercial”, entre outros. A situação ampla da França que antecede o golpe de Estado de Luís Napoleão Bonaparte, em 1852, é interpretada como (a etapa de uma) crise revolucionária em curso pelo desenvolvimento do capitalismo (ascensão da burguesia). Contudo, para o mesmo termo há um uso mais restrito que vislumbra a possibilidade de tomada de poder pelas classes subalternas, quase como o ápice ou o marco da passagem de um modo de produção.

Os momentos situados de tensão e impasse político são desdobramentos em que se verifica a concretude dos interesses de classe na manutenção ou reestruturação de determinadas relações sociais. Por exemplo, as crises industriais a que se refere são momentos em que a produção industrial (e, conseqüentemente, a acumulação da burguesia industrial) encontra-se em declínio ou prejudicada por eventos específicos, como o aumento do preço dos alimentos ou a variação cambial. Crise ministerial refere-se aos conflitos entre executivo e legislativo na França em torno da composição dos quadros administrativos do Estado e, conseqüentemente, do poder de agir em nome deste. Outros vários momentos como este são mencionados no texto sem referência direta ao termo crise, mas utilizando o mesmo recurso de relacionar a estrutura de classes, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e os interesses de classe imediatos, que são a própria luta de classes em seu desdobramento histórico.

A rápida transformação social⁵ da Europa intensificada nas duas últimas décadas do século XIX fomentou impasses geopolíticos característicos do que Lênin concebia como a passagem para o capitalismo em sua forma imperialista. As tensões entre os impérios desembocaram em duas guerras mundiais da primeira metade do XX e em um período entreguerras de grande agitação política e de uma crise econômica mundial eclodida em 1929 nos Estados Unidos. As reconfigurações nacionais e internacionais deste período emergiram em sucessões de “crises” e revoluções, como a de 1917, que deu origem à União Soviética, evidenciando disputas de grupos políticos organizados pelo domínio e manutenção internos e externos do Estado em meio a acirramentos de disputas ideológicas e engajamento político.

O texto seguinte de Weber analisa uma situação conjuntural da Alemanha após derrota bélica e necessidade de reconstrução institucional e moral do Estado, propondo meios de obter legitimidade e regularidade de governo. Já o texto escolhido de Gramsci discute também a garantia da ordem do Estado, mas numa perspectiva macroestrutural,

5 Destaque para a expansão industrial, militar e colonialista, a expansão e institucionalização da ciência, os novos arranjos de classe, de estado, de participação e pressão política, aspectos no geral associados à “modernização”.

em que pesam crises de conjuntura, como a analisada por Weber, ou por Marx, no texto supracitado, bem como crises históricas, de mudança de hegemonia ou de modo de produção (ou mesmo ambos).

Para Max Weber em seu “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída” (1980[1917]), as instituições políticas de um país, caso estejam em desalinho, podem provocar crises políticas sucessivas devido à predominância de um poder sobre outro, acabando com a legitimidade da dominação. Na realidade, no Estado moderno seria necessária uma combinação de diferentes formas de dominação que conjugasse eficiência e carisma de modo a manter os aspectos formais e os aspectos políticos das instituições em funcionamento. Nesse sentido, uma investida da burocracia contra os políticos poderia resultar numa falta de lideranças produzida pelo enfraquecimento do parlamento como lugar de formação política.

O que Weber está apontando é para uma espécie de crise de legitimidade do Estado, porquanto o Império Alemão definhava e novas instituições precisavam ser forjadas. Para tanto, seria necessário abrir o caminho para uma cooperação entre a burocracia e o parlamento, de modo que cada um vigiasse o trabalho do outro em suas respectivas funções - a função da burocracia seria manter a racionalidade e objetividade, enquanto que a dos políticos seria tomar posições e promover o encantamento do povo. O texto weberiano mistura análise e normatividade, uma vez que defende a adoção do parlamentarismo como a melhor saída para a Alemanha, haja vista que esse sistema ensinaria a formação de lideranças parlamentares através da busca pelo poder, garantindo eficiência e legitimidade ao sistema político.

Assim como Weber, a preocupação de Antonio Gramsci (2002) gira em torno da manutenção do Estado, sua legitimidade social e seu poder de garantir a ordem, em última instância, pelo uso da violência. As interpretações aqui elaboradas partem da leitura do terceiro volume de seus *Cadernos do Cárcere*, em que o autor analisa a obra de Maquiavel utilizando de suas bases (além do materialismo histórico marxista) para analisar a conjuntura europeia da década de 1930. O conceito fundamental de Gramsci para tratar do exercício de poder e controle político (associado, obviamente, à divisão de classes em uma sociedade) é “hegemonia”. Esta representa a capacidade da classe dirigente e sua ideologia (ou a combinação única de classes dirigentes e suas ideologias) em manter a coesão social por via do consenso, embora seja imprescindível a capacidade correlata de exercício da força para garantir um novo “consenso” hegemônico. Essa hegemonia intraestatal é correlata à hegemonia interestatal, em que pesa a proeminência de potências com capacidade de garantir uma ordem internacional que lhe é favorável. Apesar dessa classificação, Gramsci não considera as atuações transnacionais de classe, tanto burguesas como proletárias, como forças causais nos regimes nacionais e na ordem internacional.

A partir desse aparato teórico investiga diversas situações de crise do início do século em que se insere, apresentando alguns exemplos de séculos anteriores para mostrar a permanência de arranjos e mecanismos políticos, mesmo em distintos “blocos históricos”. Este conceito refere-se ao arranjo hegemônico global em determinado período, sendo a passagem de um bloco para o outro o desmonte da hegemonia de um grupo e a concomitante ascensão da hegemonia de um grupo antes subalterno na

estrutura de classe. Essa transformação de maior escopo, que reconfigura relações de força estruturais, é chamada por Gramsci de “crise orgânica”, pois decorre do próprio movimento histórico das classes sociais e forças produtivas. O desdobramento histórico de tal crise orgânica, porém, dá-se pela manifestação de diversas crises conjunturais, que derivam de múltiplas razões, sejam estas econômicas, intelectuais, político-institucionais, entre outros. As crises conjunturais não alteram a relação de classe ou a hegemonia, trata-se de concertos dentro de um bloco histórico específico. No entanto, elas podem expressar uma crise orgânica em curso, como vários momentos situados que evidenciam as contradições inerentes deste bloco histórico. Como exemplo, Gramsci cita os diversos momentos de agitação política na França desde a Revolução de 1789 até a consolidação do Estado burguês francês em finais do século XIX. Em relação ao tempo presente em que escrevia, na década de 1930, a preocupação de Gramsci girava em torno do estabelecimento de estratégias para que os partidos populares, os “príncipes” modernos que expressavam a força política de classes subalternas, obtivessem a hegemonia, primeiro dentre as classes que representam, a partir da conscientização da unidade de classe, para em seguida mirar o domínio hegemônico do Estado-nacional, rompendo com a hegemonia burguesa vigente.

A Segunda Guerra Mundial é um marco de transição de bloco histórico, na definição dada por Gramsci. O sistema interestatal passa a ter duas potências hegemônicas disputando um espaço global. Como o próprio Gramsci notaria, estas disputas de hegemonia em torno dos outros Estados (muitos dos quais se formando a partir de processos de independência) envolvia disputa por projetos de sociedade, contando com grupos de interesse, recursos e influências nacionais e transnacionais, conforme as assimetrias geopolíticas do período. Enquanto países capitalistas centrais consolidavam seus “Estados de bem-estar”, aumentando a qualidade de vida da classe trabalhadora sem transformações revolucionárias, e os socialistas promoviam economias estatizadas com alta capacidade produtiva, o “terceiro mundo” (categoria que surge neste contexto) produzia diversas ideias nas disputas sobre como “desenvolver” suas sociedades, em arranjos socioestruturais que em muito se baseavam na organização das centrais, seja pela perspectiva socialista, seja pela organização “democrática”, ou pelas várias “terceiras vias”. Os autores abordados na sequência trataram por vias distintas das dificuldades de lograr a realização do “desenvolvimento”, das relações com uma nova etapa capitalista, mais transnacionalizada e financeirizada, e das incongruências entre uma formação econômica, social e política estável e o estabelecimento de um regime político democrático.

Meio século depois de Weber, Samuel Huntington inicia seus escritos com uma afirmação que foge do padrão normativo do debate político: “A distinção política mais importante entre os países se refere não a sua forma de governo, mas ao seu grau de governo” (HUNTINGTON, 1968). Com isso, evidencia-se a crítica do autor aos estudos clássicos dos anos 1950/60 que pautavam o desenvolvimento político como um linha natural de um evolução social/política nos países, uma vez que faz compreender que o estabelecimento de um forma de governo “evoluída” não impele aquele país a uma evolução social. Ao tratar desse assunto, o autor critica o fato de que comumente o conceito de desenvolvimento político é associado ao de modernização, sendo

conectados de maneira completa, ou seja, compreendendo que o desenvolvimento político vem acompanhado de um avanço em todos os aspectos da sociedade.

Huntington estabelece que a distinção dos conceitos de desenvolvimento político e modernidade, concatenados de formas distintas, permite que suas análises fujam do padrão das sociedades de análises clássicas, como Estados Unidos - mas não deixando a análise dessa localidade de lado - e ampliem o leque para análises que abarcassem países em desenvolvimento, como os países da América Latina, África e Ásia. Essa distinção de conceitos é importante para a análise do autor porque, como o próprio afirma, as sociedades em desenvolvimento, apesar de marcadas por processos de evolução e avanço social, ainda possuem características arcaicas e que não andam em paralelo com o avanço social, devido à extrema violência e à ocorrência de golpes e da prática de corrupção.

Os aspectos mais relevantes da modernização que geram uma influência na política, de acordo com o autor, são a mobilização social e “as diferenciações de novas funções políticas e o desenvolvimento de estruturas especializadas para o desempenho dessas funções” (HUNTINGTON, 1968). Essas duas características são fundamentais para a compreensão da instabilidade em Huntington e baseiam seu pensamento no tangente a crises políticas. Para o autor, a mobilização social possui um efeito direto na política na medida em que ela altera os desejos e demandas de grupos sociais e indivíduos, ao passo em que o desenvolvimento econômico modifica a capacidade de resposta a esses desejos. É dessa equação entre novos desejos e capacidades organizativas que surge a instabilidade.

A relação entre tipos de regime político, organização do estado e nível de “modernização” produtiva e social dos Estados era foi um tema manifesto da intelectualidade do pós-guerra. Na América Latina, a industrialização incipiente de diversos países na primeira metade do século XX, com forte processo de êxodo rural e urbanização, reconfiguravam as correlações de forças internas dos Estados, sempre condicionada também por fatores externos, geopolíticos. A análise de Gino Germani sobre a ascensão do peronismo na Argentina toca em todos estes pontos e o uso do conceito gramsciano da correlação de forças não é gratuito. É assim que o próprio autor define a “crise política” que culmina com a eleição de Perón em 1946, recorrendo também à ideia de crise orgânica, para mostrar que de fato uma classe argentina específica, da república aristocrática precedente, perdia força frente a emergência de um empresariado ascendente e das novas forças políticas advindas das migrações externas (europeia) e interna (das províncias do interior). Enquanto as externas praticamente cessaram a partir de 1930, comparando às décadas anteriores, as internas acirraram bruscamente nos 15 anos seguintes, sendo esta composição da classe operária, as reconfigurações da classe empresarial e às necessidades da garantia da ordem política em meio à transição social experimentada que dão a tônica do argumento de Germani.

Os migrantes externos, bem como os trabalhadores urbanos “antigos”, teriam, segundo Germani, uma sociabilização moderna e conhecimento técnico mais avançado, enquanto as massas que chegavam das províncias a partir da década de 1930 vinham de atividades predominantemente rurais, de baixo incremento técnico na produção. Essa disposição os colocava em situação de aceite de salários mais baixos, funções menos

técnicas e cooptação política via sindicatos “conciliadores”, que permitiam ganhos concretos imediatos. No contexto imediato, a repressão política anterior e posterior ao golpe de 1943, junto a migração da população “tradicional” e a cooptação dos trabalhadores pela via “carismática” de Perón que lhes garantia benefícios trabalhistas fez com que os trabalhadores se consolidassem politicamente em torno da figura do líder argentino. Estar contra Perón tornaria-se sinônimo de estar a favor dos patrões, o que impactou na forte reação popular contra a tentativa de retirar o então Ministro do Trabalho da arena política, por meio de sua destituição de contornos golpistas.

Rupturas e descontinuidades estruturais atrelados a pressões populares também são centrais na análise de Orlando Fals Borda (1970), para quem a crise é um processo que atinge os conteúdos e formas das estruturas tradicionais no seio de uma sociedade (Estado-nação), afetando-a em todos os níveis. A crise se dá propriamente quando as estruturas de uma sociedade se defrontam com contradições que não podem resolver sem modificar essencialmente suas formas e conteúdos. Assim, a sociedade sofre um processo irreversível de desorganização, com produção de corpos e anticorpos, causando uma saturação em todos os níveis e tocando o indivíduo em seus grupos. No entanto, o foco principal do autor recai sobre o papel das Ciências Sociais em meio às situações de crise, isto é, como esta responde enquanto intelectualidade aos seus contextos diretos. Fals Borda argumenta que os cientistas sociais refletem os conflitos e dilemas desse momento e a Sociologia funciona como autoconsciência científica da sociedade. Este foco se justifica, pois, na intenção do autor de criticar a perspectiva desenvolvimentista enquanto expressão intelectual e projeto político-ideológico tipicamente latinoamericano.

A crise do fim dos anos 1950 na América Latina teria duas características principais: 1) representaria as limitações do reformismo (desenvolvimentismo), incapaz de fornecer soluções estruturais para a sociedade; 2) evidenciaria os mecanismos próprios da dominação e da exploração, levando a imaginar o rompimento dos vínculos com o colonialismo interno e o externo. A sociologia latino-americana pode revelar esses mecanismos políticos ao desnudar as condições objetivas da crise e apresentar caminhos possíveis. Ao sofrer a crise, a sociologia se reorienta para os problemas sociais, desprendendo-se das teorias de estadunidenses e europeias e alçando vãos solo.

Esses seriam os apontamentos para uma sociologia em tempos de crise: 1) a objetividade se verifica na prática, nos resultados de sua aplicação (recomenda-se observação-inserção como método); 2) a multidisciplinaridade é importante, mas mais ainda é produzir uma espécie de política sociológica, que olha para o processo histórico e para o conflito em vez do equilíbrio estrutural; 3) o compromisso social do pesquisador se dá na escolha dos temas e nas prioridades, na possibilidade de criação e originalidade e na escolha de grupos chaves e identificação com eles; 4) a acumulação do conhecimento (através da observação rigorosa) é muito importante, mas não deve ser um fim em si mesmo, deve produzir mudanças.

A crise geral nacional de que falava René Zavaleta (2009) em seus textos de 1979-84 envolve fatores econômicos e políticos, consistindo numa crise geral de autoridade que se traduz numa crise de eficácia da ideologia burguesa estatal. Nesse sentido, é uma crise que parte da sociedade, em sua configuração de classe, para o

Estado e seus aparelhos. O que ocorre é que quando o partido operário (*obrero*) torna-se incapaz de produzir um programa da classe operária para toda a nação e não só para si mesma, ou seja, torna-se incapaz de incorporar as outras classes (assalariados não-produtivos e pequeno-burgueses), a crise estatal se dispersa e se converte numa espécie de guerra civil contra a classe operária. Assim, os setores pequeno-burgueses e o lumpemproletariado passam a desejar não a democracia, mas a verticalidade autoritária, e os primeiros convertem-se na classe partidária da autoridade, que difunde a concepção de que o Estado une a nação, enquanto a classe operária a dissolve. Setores da própria classe operária acabam por aderir a esta ideologia. Esse é o processo que dá o caráter de classe à ascensão do fascismo. Este último corresponde a uma forma anômala do tipo capitalista de Estado, cuja forma estável é a democracia burguesa. Em resumo, o fascismo resulta de uma crise geral nacional que provoca o estrangulamento das mediações estatais que permitem a existência da democracia.

Guillermo O'Donnell (1990[1982]) concebe o Estado como desdobramento consequente da sociedade capitalista, isto é, uma sociedade baseada em determinadas relações sociais de produção. O Estado garante coercitivamente a vigência e reprodução do capitalismo, além de organizar as relações capitalistas, diminuindo os atritos entre as classes. A nação consiste numa construção totalizando do Estado acima das classes, opondo um “nós” contra um “eles”, identificado com os outros Estados-nação. Do mesmo modo, o povo é um corte nas relações de classe que enfoca os pobres, estes ganhando proeminência sob tutela do Estado. O autor diferencia ainda governo de regime, sendo o primeiro o conjunto de papéis governativos e o último a definição dos meios e regras para a distribuição desses papéis.

Sobre as crises econômicas, O'Donnell assevera que seu desenrolar está baseado na expectativa dos capitalistas, sendo as suposições sobre o futuro parte fundamental da constituição do próprio futuro vislumbrado. Ainda, ressalta o autor que a constatação da existência de uma crise e a caracterização de seu grau estão ligadas diretamente às expectativas de normalidade e satisfatoriedade no que concerne ao lucro e à produtividade por parte dos capitalistas. Deste modo, sem a ação de um ator externo (o Estado), a economia tenderia a ser pôr num caminho sem volta quando defrontada com uma crise, uma vez que o interesse individual de cada capitalista seria poupar (ou investir no mercado financeiro) em vez de produzir e no agregado o resultado seria o agravamento gradual e irrefreável da crise.

Especificamente sobre crises políticas, O'Donnell separa-as em sete tipos, crescentes em nível de intensidade. No primeiro nível, está a crise de governo, que corresponde às instabilidades políticas rotineiras, resolvidas geralmente com a queda de políticos, ou seja, dentro das regras vigentes. No segundo nível, está a crise de regime, que é uma tentativa, por parte de uma fração das elites, de mudar os critérios de representação. No terceiro nível, a crise de expansão da arena política corresponde à produção de de identidades coletivas que entram em conflito com aquelas já estabelecidas, causando preocupação nas classes dominantes. No quarto nível, a crise de acumulação diz respeito à crise propriamente econômica, com a percepção das classes superiores de que as classes inferiores estariam atrapalhando o lucro e a produção e, com isso, apesar da causa ser econômica, as soluções se dão no âmbito da política. No

quinto nível, a crise de dominação celular aparece como a crise mais profunda, constituída das relações de classe e suas articulações, concretizando-se com o afrouxamento ideológico e coercitivo que possibilita a emergência de um questionamento reflexivo da ordem vigente por parte das classes subordinadas, sendo uma crise do próprio Estado enquanto tal. No sexto nível, a crise de dominação pode se somar às crises de regime, governo e expansão, propondo outros critérios de representação, outros sujeitos políticos e uma outra ordem social. No sétimo nível, a crise de dominação pode se acentuar e partir para uma luta armada contra os aparelhos de Estado e para tomada do domínio sobre o território.

Analisando o caso latino-americano, o autor entende que a crise de tipo 1 (governo) é uma constante na América Latina, sendo as crises de tipo 2 e 3 (regime e expansão da arena política) o momento mesmo de irrupção do setor popular e da destruição da dominação oligárquica que se seguiu ao processo de industrialização/modernização dos países da região. Essas duas últimas crises teriam se mostrado realmente subversivas quando ameaçaram incluir o campesinato. No tipo 4 de crise (acumulação), o caso argentino até 1966 é o característico. O tipo 5 (dominação) engloba o Brasil pré-1964 e serviu como ponto de partida para implementação do Estado burocrático autoritário na década de 1970 no Chile, Argentina e Uruguai. No tipo 6, o exemplo fica com o caso chileno no que antecede 1973. E o tipo 7 teve lugar na Argentina e no Uruguai nos anos 1970. Deve-se apontar que essas crises podem ser combinadas das mais diversas maneiras e que apenas a crise de nível 5, tomando ou não os caminhos 6 ou 7, pode ser encarada como crise de hegemonia, isto é, de sustentação da sociedade capitalista e, portanto, do seu principal fiador: o Estado.

“Sessenta e quatro: anatomia da crise” é uma empreitada de Wanderley Guilherme dos Santos (1986) direcionada para a construção de um modelo explicativo que ajude a entender os aspectos propriamente políticos da crise que abriu caminho para o golpe militar de 1964. Santos considera que o desenvolvimento econômico produz efeitos políticos, mas somente conforme a mediação política por parte dos atores e das instituições presentes num território. Nesse sentido, compreende que tais seriam as características dos países subdesenvolvidos: legado da miséria, participação periférica na economia mundial, elites que não estimulam o crescimento econômico e represamento de uma pressão para o consumo. Enfim, entende que o conflito político é o conflito central nas nações modernas, uma vez que a competição social seria traduzida em competição institucional, cabendo aos partidos a função de agregar demandas difusas.

Para o autor o objeto da crise é o sistema político, mais propriamente o sistema partidário. Por isso, seria necessário olhar para a competição entre os partidos e para as facções internas aos partidos para entender as conjunturas críticas. Estas surgiriam a partir de uma soma de fatores, dentre os quais o essencial é a existência de uma polarização em que se preenche o centro e dois polos opostos. Passa-se então a uma radicalização dos polos, que pode ser por questões de princípios (ideológicos) ou por pautas específicas. Daí se produziria uma situação de imobilismo (em que nenhuma decisão é efetivamente tomada) que deve ser analisada mais detidamente. Além disso, faz-se necessário considerar os recursos políticos de cada polo, afinal partidos precisam

ter poder para impor suas demandas. As variáveis básicas seriam: preferências (posição sobre determinado tema), intensidade da preferência (se contra, a favor, indiferente ou algo no meio) e recursos (pois possibilitam as tomadas de decisões). Num cenário de ausência de informações completas, as preferências dos partidos passariam por especulação, criando espaço para a indeterminação dos acontecimentos e para a negociação entre os atores (especialmente se as decisões forem interdependentes). A combinação de muitas decisões que interferem umas nas outras com muitos atores diferentes (fragmentação) pode ocasionar a formação de muitas coalizões de veto *ad hoc*, ensejando a chance de paralisia decisória. Deste modo, um sistema segmentado torna-se um sistema polarizado quando os atores se radicalizam, isto é, quando a intensidade das preferências dos atores atinge níveis máximos. A partir daí, uma resolução para a crise instaurada pode envolver a mudança ilegal das regras do jogo e a exclusão de atores.

Utilizando esse modelo para o caso brasileiro, Santos entende que as ações reformistas de João Goulart ao assumir o poder em 1961 apareciam como perigo populista e ameaçavam interesses de poderosos conservadores. O cenário era de aumento de propostas políticas (capitaneadas pela UDN), diminuição de políticas do Legislativo e decisões que eram tomadas sem enfrentar as questões da época. Com a radicalização partidária então instituída, o governo perdeu a capacidade de formar coalizão majoritária. O medo de decisões cada vez mais radicais afastava possíveis aliados para novas composições, criando um vácuo que ia sendo preenchido por coalizões de veto *ad hoc*. De um lado, personagens próximos ao presidente pressionavam pela manutenção das reformas, aumentando a tensão. De outro, a alta rotatividade nos cargos de alto escalão gerava uma radicalização generalizada e instabilidade parlamentar, culminando ainda num caos administrativo. Ademais, os militares, outrora afastados, foram trazidos de volta à política com intenções de barganha. No parlamento os políticos moderados abandonavam o centro, opondo-se ao presidente. No Exército espalhava-se a ideia de que o presidente tramava para subverter a Constituição. Com a crise desenhada, o golpe foi dado. Goulart deposto, militares no posto. A conclusão (normativa) de Santos é explícita: tentativas de radicalização sempre levarão a consequências danosas, sendo melhor buscar soluções pactuadas.

Argelina Cheibub Figueiredo (1993), em seu “Democracias ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964”, soma-se a uma gama de interpretações sobre a crise que levou ao golpe militar. Numa crítica à literatura existente sobre o tema, no que se insere Santos, Figueiredo ressalta que a crise pode diminuir as possibilidades de ações, mas não as determina, como parecem apontar muitos autores. A autora também mantém o foco sobre o sistema político-partidário, mas torna mais abrangente o campo da ação política, considerando que outros atores (movimentos sociais, sindicatos, militares) contribuem decisivamente para a conformação das situações, pressionando para o fechamento da margem de manobra na tomada de decisões políticas. Figueiredo descreve ainda como decisões estritamente político-institucionais (do presidente, do Congresso, de governadores, de partidos) afetam todos os atores nesse quadro mais amplo da política, podendo alterar o rumo de suas ações.

Deste modo, a autora constrói uma explicação não determinista da crise política brasileira dos anos 1960, considerando-a desde a tentativa de impedir que João Goulart assumisse a presidência após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até a insustentável radicalização polarizada em 1964. Nesse quadro dilatado, dois fatores perpassaram, em distintas combinações, o debate público: as reformas de base e o modelo político a ser adotado. Num primeiro momento, a estratégia de Goulart foi um recuo na defesa das reformas para que pudesse assumir o governo – haja vista a tentativa de golpe já em 1961. Além disso, recuou também ao aceitar que o regime presidencialista fosse convertido em parlamentarista, abrindo mão de alguns poderes em nome da presidência. Depois de empossado, a posição de Goulart tornaria-se cambiante, ora aceitando negociações, ora partindo para radicalizações. O presidente então atrelara a reforma agrária à rescisão do parlamentarismo (através de um plebiscito), o que deveria ocorrer o mais rápido possível. Após massivo apoio popular em torno do presidencialismo, Goulart sentiu-se encorajado para enveredar por medidas mais ousadas, como o Plano Trienal e uma coalizão pela reforma agrária. Duplamente derrotado, tentaria ainda, num último esforço, forjar uma coalizão centrista – ideia que abandonou no meio do caminho, reforçando seu caráter errático, ao partir para uma coalizão reformista. Essa radicalização de esquerda não levou em conta as possibilidades reais de manobra dentro do Congresso, inviabilizando cada vez mais a produção de alianças. Sem apoio parlamentar e militar (diferente de 1961), Goulart cairia. O que é diferente nessa explicação de Figueiredo é que, ao considerar a crise como um processo que vai de 1961-4, a autora apresenta a existência de alternativas postas aos atores a cada momento para equacionar a relação entre reformas (políticas substantivas) e democracia (forma de regime e de governo).

Por fim, os três últimos autores trabalhados, cujas análises são posteriores ao período mais acirrado de Guerra Fria, ou mesmo do fim dessa configuração geopolítica, vivenciam um período em que um horizonte de transformação estrutural revolucionária das sociedades é cada vez mais considerado distante e utópico. Se no período anterior a perspectiva revolucionária era presente e incorporada a lutas concretas de setores subalternos, no novo período que se inicia a relação entre Estado democrático e capitalismo parece incontestável, mesmo que contraditoriamente as “promessas” de desenvolvimento não tenham se concretizado em termos de democracia real e melhora qualitativa da qualidade de vida, sobretudo na periferia. Embora haja interpretações dissonantes, no geral as crises são interpretadas cada vez mais como uma situação *no* sistema, seja este a organização nacional ou a ordem geopolítica interestatal, perdendo de vista crises *do* sistema, crises da “totalidade social” e suas contradições inerentes.

Michel Dobry (2014 [1986]) é um dos mais relevantes nomes contemporâneos no debate sobre crises. Diferentemente dos outros autores, Dobry não analisa uma crise específica, mas sim faz esforço para a construção de uma sociologia das crises políticas. Para sua análise, estabelece dois tipos de estados: os estados rotineiros e os estados de crise; além disso, o autor utiliza a categoria de setores para dividir a sociedade - sem caráter funcionalista (de que cada setor cumpriria uma função vital para a sociedade), mas a ideia de que os setores possuem lógica própria de funcionamento e são autônomos. Em estados rotineiros, os agentes dos setores, ainda que interdependentes,

estabelecem seus cálculos políticos e sociais com base em seu setor. Em estados de crise, as mobilizações e cálculos são multissetoriais, pois há o dissolvimento relativo da fronteira intersetorial. Com isso, Dobry entende que crises não são descontinuidades, apenas mudanças da conjuntura dos estados, nas relações e na vida social. Crises ocorrem em sistemas sociais complexos, ou seja, multissetoriais. Dobry não deixa de lado o caráter histórico que gera uma crise, mas propõe um trabalho para além disso. Uma reflexão que visa engendrar a lógica de que as crises políticas devem ter seu embasamento de análise na proposta de métodos que buscam organizar um esquema teórico que consiga ultrapassar as particularidades da crise, evidenciando uma visão mais geral sobre ela.

Para a análise a respeito das crises, o autor trabalha com duas ideias fundamentais. Primeiramente, com a perspectiva de mobilizações; para o autor, mobilizações multissetoriais são aquelas que podem submeter as estruturas de sistemas sociais a modificações. Sobre elas, Dobry renuncia à perspectiva de que os setores operam “segundo um homem só”. As mobilizações não se realizam necessariamente em torno de pautas, objetivos ou perspectivas estratégicas idênticas para todos os segmentos mobilizados; assim, para o autor, é perigoso relacionar processos de mobilização à perseguição de fins ou objetivos específicos. Para Dobry, mais importante que os objetivos das mobilizações é entender quem as controla. Ademais, em crises e mobilizações, há o caráter relacional dos recursos: não há como quantificar ou medir o valor político dos recursos em uma mobilização se não inserido no contexto social. Nem o valor ou a eficácia dos recursos políticos nem suas propriedades podem ser apreendidos independente de suas relações com seus contextos sociais. Além disso, Dobry debate sobre o papel da legitimidade nas crises: para ele, fenômenos de deslegitimação influem diretamente na produção de crises políticas, são processos de temporalidade longa e se relaciona com processo de apoio difuso (e não específico) multissetorial de uma sociedade. Além disso, crise e deslegitimação são processos interdependentes: assim como a deslegitimação de um determinado setor ou ator político pode estar à montante da crise política, ela também pode ser produto desta.

Em seu livro “Política Selvaje”, Luis Tapia (2008) discute aquela que considera ser a fundamental crise boliviana. Ainda que faça o debate valendo-se do termo “conflito social”, entendemos que há paralelo com o conceito de crise debatido pelos outros autores deste texto. Ao tentar diagnosticar quais são as dimensões do conflito social no país, o autor insere o país na dinâmica do neoliberalismo. De acordo com ele, estamos vivendo hoje profundo retrocesso em relação aos recentes processos de democratização e expansão da cidadania nos Estados latino-americanos. Em resposta a isto, há o movimento no sentido do desmantelamento dos graus de igualdade e redistribuição ampliada do poder social, como forma de reconstrução dos poderes oligárquicos e de contra-modernidade. Está em crise, portanto, o Estado democrático latino-americano e os demais espaços periféricos do globo, e essa crise é materializada na hegemonia neoliberal. Para Tapia, o neoliberalismo se caracteriza por aglutinar, concomitantemente, uma concepção de natureza humana com racionalidade microeconômica e moral individualista, na qual a política é pensada como um conjunto de instituições normativas que tentam evitar que o tempo e o espaço do social afetem a

natureza do individual; o social é o mercado, e a política é o meio de reduzir o temor ao social e organizar a segurança (vigilância, proteção e castigo). Além disso, a própria concepção de liberdade neoliberal, para Tapia, parte de um cálculo monológico: a liberdade do outro só serve para eu garantir a minha. Já a democracia tem papel de regular a competição e a negociação, simplesmente. Trata-se do Leviatã da produção, pois é regime de disciplina e subordinação e negação da pluralidade e da razão.

Partindo especificamente do caso boliviano, Tapia identifica três eixos do conflito social: I) a produção e o consumo de excedente que está conectado com II) o eixo exploração - exclusão - dominação; III) a desigualdade político-cultural. Em primeiro lugar, não há mais a socialização do excedente: este passa a ser privatizado, ou novamente repassado à produção; não é mais destinado a ganhos coletivos ou políticas de inclusão. Se já se dera desta maneira durante a ordem colonial, ganha nova e mais complexa dinâmica com o neoliberalismo. De acordo com o autor “o colonialismo clássico é uma cancelação externa das soberanias locais; o neoliberalismo se materializa na cancelação interna da soberania por parte das classes dominantes subalternas, quase sempre guiada pelo poder externo” (2008, p. 32). Assim, o neoliberalismo não resulta da conquista externa dos mercados, mas da entrega e organização da entrega do excedente realizada pelas classes dominantes. Em uma relação entre capital, partido e Estado, há o uso instrumental do aparato do último; com isso há a paulatina privatização da soberania, e os setores trabalhadores paulatinamente excluídos do consumo do excedente, que para de ir para o desenvolvimento coletivo. Com isso, as forças sociais gastam todo seu excedente em luta social - ou seja, gastam seu excedente para buscar recuperar o excedente perdido. No que tange à igualdade política e cultural, Tapia afirma que não há verdadeira igualdade, já que a construção do Estado-nação foi baseado na homogeneização e na modernização capitalista.

A análise de Brasília Sallum Jr. sobre o impeachment do presidente Collor em 1992 (SALLUM Jr., 2016) configura-se numa explícita utilização da perspectiva de Dobry para pensar o Brasil. Para Sallum Jr. os estudos sobre impeachment costumam focar demasiadamente nos fatores em si, extraíndo-os de seus contextos sócio-políticos e das disputas concretas pelo poder. Assim, quando comparados somente os fatores, perderia-se de vista a combinação específica de fatores em cada caso e a pertinência de certos fatores para os atores em momentos determinados. Desta maneira, faltaria olhar para o momento pré-crise, perdendo de vista seu caráter processual.

O autor concorda com Dobry no pressuposto de que as sociedades complexas são divididas em setores mais ou menos autônomos, que estabelecem entre si espaços de interdependência com regras próprias, mobilizando recursos em cada setor. Os atores então calculam suas ações e reações com base nessas regras do jogo. As crises políticas que atingem certa profundidade são aquelas em que há uma mudança de estado do sistema, em que os setores perdem sua configuração anterior de autonomia. As mobilizações por parte dos atores tornam-se, pois, multissetoriais. Com isso tende-se a uma unificação do espaço social em que a conjuntura aparece mais fluída. A situação crítica permanece até que os atores encontrem uma saída de volta para a rotina.

No caso brasileiro, o primeiro ponto a ser ressaltado é que as medidas de Collor, ineficientes em atenuar a recessão, geravam desgaste do apoio popular ao governo.

Além disso, o presidente formava sempre maiorias ad hoc no Congresso, de acordo com a pauta a ser aprovada, sem constituir uma base sólida. Assim, descontente com muitas decisões, o Congresso investia contra o governo em fins de 1991, criando impasses para o ano seguinte devido à intransigência de Collor em satisfazer os interesses dos parlamentares e dos partidos. Nesse momento, o presidente passava a promover reformas ministeriais e a se esquivar de denúncias de corrupção. Numa das mais bombásticas, seu irmão o implicava diretamente num esquema de beneficiamento ilícito. PMDB, PT e PSDB formaram uma coalizão partidária contra o presidente, conseguindo aprovar uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). No plano societário, parte da mídia (exceto as emissoras de televisão) e atores diversos da sociedade civil começavam a se movimentar, estes últimos formando o Movimento pela Ética na Política. Ainda assim essa articulação multissetorial permanência impotente na investida contra o presidente.

O cenário mudava em fins de junho de 1992, quando uma entrevista foi publicada em que se dava indícios de haver provas documentais de atos de corrupção por parte de Collor, o que funcionou como evento transformador. Abriu-se a conjuntura de crise política. No plano societário, formava-se o quadro interpretativo que associava política e ética, relegando o governo ao polo negativo da corrupção. No plano político, articulava-se uma sucessão com o vice-presidente Itamar Franco e uma expansão da oposição. Em agosto Collor convocara pessoas às ruas em seu apoio, mas foi surpreendido com protestos de massa, com forte marca estudantil, contra sua figura, sintetizados no “Fora Collor”. Nesse momento as vias institucionais também se abriam, com a Câmara autorizando que o presidente fosse julgado pelo Senado. As manifestações seguiam aos milhões. O ministério, o STF e as elites empresariais passavam a apoiar o impeachment como uma solução rápida para a crise. A construção da sucessão de Itamar despertava interesses da classe política. Finalmente, Collor foi afastado pela Câmara e destituído pelo Senado, sendo seu impeachment com a ascensão de Itamar Franco à presidência a solução para essa crise política.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar um panorama diverso com análises sociológicas sobre crises políticas, sugerindo que tais estudos guardam alguma autonomia teórico-conceitual, fornecendo importantes ferramentas heurísticas, mas sempre respondem a estímulos da realidade prática. A empreitada que nos atribuímos ao organizar esse dossiê e escrever esse texto também vai nesse sentido: somos particularmente instigados a refletir sobre a crise do capitalismo global, a crise política no Brasil e a crise do estado do Rio de Janeiro, especialmente nos seus resultados nefastos para as universidades estaduais, das quais destacamos nossa casa, a UERJ. Dito isto, embora esse trabalho não tenha pretensão de esgotar a literatura sobre crises políticas, nem propor uma grande síntese sobre o assunto, podemos identificar três tendências analíticas a partir do escopo aqui analisado, conforme consta na tabela abaixo.

Tabela 1: autores divididos por tipo de abordagem

| Tipo de abordagem | Autores |
|--------------------------|--|
| Classista | Tocqueville, Marx, Gramsci, Fals Borda, O'Donnell, Tapia, Zavaleta |
| Sistêmica | Dobry, Sallum Jr., Huntington |
| Institucional | Weber, Santos, Figueiredo |

A primeira abordagem, que pode ser chamada de classista, entende que as crises sempre têm relação com o contexto estrutural (relações sociais de produção) e por isso apresentam características da luta de classes numa configuração específica. Entram aqui Tocqueville, Marx, Gramsci, Fals Borda, O'Donnell, Tapia e Zavaleta. Dentro desse grupo, as interpretações podem assumir um caráter mais ou menos determinista em relação à economia, podendo a crise política ser entendida como mero reflexo de contradições estruturais conjunturalmente organizadas ou como parte relevante na própria (re)definição das condições materiais de existência.

A segunda abordagem, a que chamaremos de sistêmica, compreende a sociedade como uma complexidade de setores interdependentes, mas autônomos e dotados de uma lógica própria. Nessa perspectiva o momento crítico envolve uma aproximação tal desses setores que permite mobilizações multissetoriais por parte dos atores na tentativa de resolver a crise com vistas a seus objetivos. Essa é a abordagem de Dobry, Sallum Jr. e Huntington.

Finalmente, e como desdobramento da segunda leva de teorizações, pode-se dizer que há uma terceira abordagem, aqui denominada institucional, que concebe a política em seus próprios termos, sendo a crise política uma fratura no funcionamento rotineiro das instituições e/ou uma problemática em sua legitimação. Nesse sentido, assumem de forma radical a suposição de autonomização de esferas da modernidade, dando à política um caráter autopoietico e auto-referente. Compõem esse quadro Weber, Santos e Figueiredo.

Para além deste recorte pelas abordagens, podemos traçar outros contrastes. Vale observar, primeiramente, que o Estado é sempre a unidade fundamental, o que demonstra sua centralidade nas relações políticas de qualquer modo ou dimensão na modernidade, além do espaço epistemológico que ocupa na imaginação política. Seja considerando aspectos predominantemente internos, como as conexões entre determinadas instituições e a sociedade nacional como um todo, ou no contraste de aspectos internos e externos como determinantes políticos, ou ainda na análise das correlações de força interestatais, as crises políticas, em todos os autores organizados, em última instância sempre tensionam a capacidade da organização estatal para manutenção da ordem, seja pelo viés sistêmico e institucional, que pressupõe seu rearranjo, seja pelo classista, que vislumbra a superação.

Cabe mencionar outros aspectos metatextuais das abordagens. Em relação ao entendimento das mudanças históricas, percebe-se o declínio, já indicado, de

perspectivas “revolucionárias”, conforme as abordagens se aproximam do tempo presente, o que reflete a conjuntura e os distintos engajamentos intelectuais para cada época analisada. Qualitativamente, segue o interesse em relacionar diferentes agrupamentos sociais (setores, classes, instituições) a formações estatais específicas como desdobramentos históricos conjuntos, expressos em conflitos de interesse e correlações de força, mas a mudança estrutural desaparece do horizonte, em meio a propostas de conserto.

Quanto aos objetivos dos autores, verifica-se ora um intuito mais analítico, ora um engajamento político mais expresso, bem como a imbricação das duas motivações, o que coaduna em grande medida com suas trajetórias e investimentos intelectuais. Marx e Gramsci têm no engajamento político pelas classes subordinadas a centralidade de suas atividades intelectuais, enquanto Tocqueville e Weber parecem buscar um engajamento de “intelectual público” (embora o termo seja estranho à época), o que não significa o intuito de neutralidade axiológica, mas de desvinculação política imediata entre análise e prática. Os autores das décadas do pós-guerra assemelham-se no estudo “formal” das ciências sociais, em trajetória acadêmica, que se articula de diferentes formas a atividades políticas, como ocupação de cargos no Estado, “intelectual público” e militância política. Isto expressa uma conjuntura de intelectualidade acadêmica mais engajada e menos desvinculada da política institucional, como situada numa fronteira que permite distanciamento crítico sem isolamento. Já os autores mais recentes (vale frisar: os que aqui abordamos) parecem expressamente mais engajados na atividade acadêmica estrita, o que não significa que não a vejam como uma forma de crítica e intervenção social.

Com as perspectivas aqui descritas e o enquadramento então esboçado, esperamos ter contribuído para que futuras análises sobre crises políticas engajem com os debates existentes e eventualmente adotem seus quadros interpretativos, de modo a qualificar nossas investigações e tornar mais precisas nossas intervenções públicas.

Bibliografia

Dobry, Michel (2014 [1986]) *Sociologia das crises políticas: a dinâmica das mobilizações multissetoriais*. Trad. de Dalila Pinheiro. São Paulo: Ed. Unesp.

Fals Borda, Orlando (1970) Algunos problemas prácticos de la sociología de la crisis. In: Touraine, Alain. *Ciencias Sociales: ideología y realidad nacional*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo.

Figueiredo, Argelina Cheibub (1993) *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.

Gramsci, Antonio (2002) *Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Volume 3*. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Huntington, Samuel (1968) *Political order in changing societies*. New Haven: Yale Press University.

Koselleck, Reinhart (1999 [1973]) *Crítica e crise*. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto.

- Marx, Karl (2015 [1852]) *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo Editorial.
- O'Donnell, Guillermo (1990 [1982]) *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Sallum Jr., Brasílio (2016) Crise política e impeachment. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 35.
- Santons, Warnderley Guilherme (1986) *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice.
- Tapia, Luis (2008) *Política Salvaje*. La Paz: CLACSO, Muela del Diablo, Comunas.
- Tocqueville, Alexis de (1997 [1856]) *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: UnB.
- Zavaleta, René (2009) *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso.
- Weber, Max (1980 [1917]) Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária. In: *Os Pensadores*. Tradução de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril. p. 01-85.

Apêndice

Desde a edição n.4, publicamos um apêndice com a finalidade de sistematizar as atividades de pesquisa do NETSAL. Em poucas páginas, a intenção foi construir uma visão de conjunto do trabalho realizado nos mais diferentes formatos, como a publicação de livros individuais e coletivos, o lançamento de iniciativas editoriais próprias, a organização de seminários de debate acadêmico e político e a circulação de pesquisadores visitantes no núcleo. A ideia de preservar essa memória através de um registro anual foi então acolhida pela coordenação. Por ser a publicação que mais amplamente dialoga com nossas linhas de discussão ao longo do ano, o Dossiê Temático foi o veículo escolhido para abrigar essa retrospectiva.



O CAPITAL 150 ANOS DEPOIS

2 de junho de 2017

Resumo do evento
Site do evento
Lista de participantes

PROGRAMAÇÃO

14h - O Capital 150 anos depois: Marx no século XXI. Debate com: Andressa Galvão (UNICAMP), Virginia Fortes (UFF) e José Mauricio Domingues (IESP-UERJ). Mediação: Breno Bringel (IESP-UERJ)

15h - Lançamento de livro
• Esquerda: crise e futuro: José Mauricio Domingues, Mauro Edson.
• Movimientos sociales en los años 2010: crisis, indignación y polarización. Breno Bringel y Geoffrey Meyers (orgs.) CLACSO

Organização:



Eventos:

O Capital 150 anos depois

Para celebrar o centenário da principal obra de Karl Marx, organizamos um seminário com a presença das professoras Virginia Fortes (UFF), Andréia Galvão (UNICAMP), José Mauricio Domingues (IESP-UERJ) e Breno Bringel (IESP-UERJ).

Maria Backhouse - A dimensão discursiva da acumulação primitiva: a figura retórica “áreas degradadas” no contexto das políticas climáticas.

Dentro do contexto do Ciclo de Palestras do IESP-UERJ, convidamos Maria Backhouse, da Universidade Friedrich Schiller de Jena, para apresentar os resultados da sua mais recente pesquisa. Entre os muitos temas abordados, Backhouse enfatizou as aproximações entre a retórica da degradação ambiental, a aniquilação das formas tradicionais de cultivo e o avanço de um modelo agropecuário ecologicamente e socialmente insustentável.





Horacio González - Cultura e política no pensamento social latino-americano.

Ainda dentro do contexto do Ciclo de Palestras do IESP-UERJ, convidamos Horacio González, da Universidade de Buenos Aires, para debater as interseções entre cultura e política, na América Latina. González fez um longo recorrido histórico, desde a Grécia antiga até a modernidade, para,

desta forma, evidenciar as origens e as originalidades do pensamento social produzido em nosso sub-continente.

Simpósio Poder e Alimentação: diálogos entre saberes e fronteiras

Seja nas práticas cotidianas ou nas lutas políticas, a produção, distribuição e consumo de alimentos mobilizam tantas pessoas quanto dificilmente qualquer outro tópico. O acesso à terra, à água e às sementes, a preocupação com uma alimentação saudável e com os preços dos alimentos e demandas por justiça socioambiental e por dignidade dos animais são temas que unem e também dividem a opinião pública, a sociedade civil organizada, os partidos políticos, blocos de países em negociações internacionais e cientistas em todo o mundo. Para debater tal tema, organizamos, juntamente com o Instituto para Estudos Latino-americanos, da Universidade Livre de Berlim, um simpósio que contou com a participação de diversos acadêmicos e movimentos sociais da Europa e da América Latina.



The Mask and the Flag – Debate com Paolo Gerbaudo

Paolo Gerbaudo é professor de Cultura Digital e Sociedade na King's College London, assim como autor de livros como Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism (2012) e The Mask and the Flag: Populism, Citizenism, and Global Protest (2017). Para examinarmos o seu mais recente lançamento, convidamos Gerbaudo para um debate aberto e coletivo, com comentários de Rodrigo Nunes (PUC-RIO).

Prêmios:

José Mauricio Domingues recebeu o Prêmio de Pesquisa Anneliese Maier da Fundação Humboldt para o período 2018/2023.

Livros:



DOMINGUES, José Mauricio. *Esquerda: Crise e Futuro*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2017.

DOMINGUES, José Mauricio. *Emancipation and History. The Return of Social Theory*. Leiden: Brill, 2017.



BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. (orgs.). *Protesta e indignación global. Los movimientos sociales en el nuevo sistema mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.



#UERJRESISTE

Tendo em vista a crise econômica, política e social produzida no Estado do Rio de Janeiro, uma crise de dimensões inéditas, que atinge de forma brutal as universidades estaduais, o Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) apoiou e se envolveu em atividades que objetivavam promover a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Não toleramos o sucateamento das universidades públicas, assim como a precarização das condições de vida dos docentes, discentes, servidores e terceirizados.



Breno Bringel, coordenador do NETSAL, oferecendo uma aula pública intitulada "Lutas sociais pela universidades pública na América Latina", em frente ao Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado.

Rafael Rezende, pesquisador do NETSAL, ofereceu uma aula pública intitulada "Democracia vs Neoliberalismo: as lutas da juventude pelo mundo", na Praça Maracanã, em frente à UERJ.

AULA PÚBLICA EM DEFESA DA UERJ

Democracia vs Neoliberalismo
As lutas da juventude pelo mundo
Doutorando em Sociologia: Rafael Rezende

- Pelo DIREITO ao ENSINO PÚBLICO GRATUITO
- Pelo PAGAMENTO imediato dos SERVIDORES e TERCEIRIZADOS

A aula será realizada na Praça Maracanã (em frente a UERJ)
03/10 - TERÇA FEIRA - 18:00h

UERJ NA RUA!
A UERJ VALE A PENA!
(IMPROVISO REVOLUCIONÁRIO)



Os pesquisadores e coordenadores do NETSAL participaram, coletiva e individualmente, de um sem-número de atividades em defesa da UERJ. A foto ao lado foi tirada na Praça Nelson Mandela, dia 28/04/2017, no aquecimento para o ato unificado da Greve Geral, deflagrada naquele dia.